



Alessandra Costa Magalhães

**Etnobotânica, saberes locais e agricultura no
contexto de uma floresta urbana:
Maciço da Pedra Branca, RJ.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Co-Orientadora: Prof^a. Inês Machline Silva

Rio de Janeiro
Março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Alessandra Costa Magalhães

**Etnobotânica, saberes locais e agricultura no
contexto de uma floresta urbana:
Maciço da Pedra Branca, RJ.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Orientador
Departamento de Geografia - PUC-Rio

Prof^a. Inês Machline Silva

Co-Orientadora
Departamento de Botânica - UFRRJ

Prof. Josafá Carlos de Siqueira

Departamento de Geografia - PUC-Rio

Prof^a. Rejan Rodrigues Guedes-Bruni

Instituto de Pesquisas - JBRJ

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de março de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Alessandra Costa Magalhães

Graduou-se em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Possui especialização em Análise e Avaliação Ambiental pela PUC-Rio (2005).

Ficha
Catalográfica

Magalhães, Alessandra Costa

Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana : Maciço da Pedra Branca, RJ / Alessandra Costa Magalhães ; orientador: Rogério Ribeiro de Oliveira ; co-orientadora: Inês Machline Silva . – 2010.

85 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Mata Atlântica. 3. Transformação da paisagem. 4. História ambiental. 5. Etnobotânica. 6. Conhecimentos tradicionais. . I. Oliveira, Rogério Ribeiro de. II. Silva, Inês Macline. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. IV. Título.

CDD: 910

Entrei em um rico universo socioambiental graças à generosidade de pessoas que me permitiram vislumbrar a dimensão de seus conhecimentos e memórias.

Dedico esta Dissertação a todas essas pessoas: os agricultores da Agrovargem e seus familiares, que acreditaram neste trabalho e contribuíram de forma decisiva para a realização do mesmo me permitindo o convívio em seu cotidiano.

Agradecimentos

Ao fechar este trabalho, tenho a sensação que mesmo com todo agradecimento que eu possa oferecer neste momento, nunca serei capaz de externar minha gratidão e minha felicidade em ter tido a oportunidade de realizar um sonho: trabalhar naquilo que gosto, pelo que acredito e acima de tudo, com pessoas que admiro, meus orientadores. Agradecer somente parece pouco perante tudo que vivi e aprendi... Divido a felicidade de minha realização profissional e pessoal ao término deste trabalho, com todas as pessoas maravilhosas que estiveram em minha vida e aquelas que ao longo de minha caminhada tive a felicidade de encontrar. Contudo, por tudo e de coração, ofereço meus agradecimentos:

A Deus, fonte inesgotável de felicidade, paz e proteção.

A meus pais, por toda confiança, carinho, dedicação e apoio que me ofereceram ao longo de minha vida e em especial pelo incentivo que me propuseram em toda minha caminhada acadêmica.

Aos meus orientadores, Rogério e Inês, por todas sugestões, idéias, críticas, metas, prazos, questionamentos, pelas nossas idas ao campo... Por todos atributos que são inerentes à esfera profissional e da mesma forma, por toda convivência e amizade; pelas melhores oportunidades de troca de experiências ao redor da mesa do almoço, e pelos tão oportunos e necessários cafés! Muito obrigado.

A todos os moradores do Bairro de Vargem Grande, em especial aos que se dispuseram de alguma forma a contribuir para a realização desta pesquisa.

Aos meus irmãos, Marco Aurélio, Marcelo e Marcio por tudo que representam em minha vida e em grande parte pelo que sou.

À família que Deus generosamente me ofereceu: meus amigos! Cléia e Cacá em especial, o meu agradecimento por tudo que vocês me incentivaram e me incentivam a conquistar, tanto na esfera pessoal, quanto na profissional.

Aos integrantes do Programa Profito Pedra Branca, em especial Sílvia e Sandra, por todas sugestões e contribuições para a realização deste trabalho, dentre elas, a minha

apresentação aos membros da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM).

Aos especialistas pela ajuda para as seguintes identificações: Begoniaceae (Eliane Jacques/UFRRJ); Pedro Germano (Rubiaceae/UFRRJ), Thiago Amorim (Asteraceae/UFRRJ) e Lana Sylvestre (Pteridófitas/UFRRJ).

À Daniele Pereira Cintra, do Departamento de Geografia - LabGis/NIMA, pela confecção do mapa referente às localizações das entrevistas no Bairro de Vargem Grande.

Aos Amigos do Programa de Pós Graduação da PUC-Rio, professores, funcionários e alunos, pela convivência e por todas sugestões e incentivos para a realização desta pesquisa, Profa. Rita, Prof. João Rua, Prof. Ivaldo, Márcia (nossa super secretária), Mariana, Agnes, Lucas e Thiago...

Resumo

Magalhães, Alessandra Costa; Oliveira, Rogério Ribeiro. **Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana: Maciço da Pedra Branca, RJ.** Rio de Janeiro, 2010. 85p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta Dissertação se ocupa de uma reflexão acerca das atividades agrícolas, desenvolvidas em uma área remanescente da Mata Atlântica, em tempos pretéritos. Através de levantamentos etnobotânicos, realizados através de entrevistas com 17 moradores do bairro de Vargem Grande, mensuramos a forma como o conhecimento advindo deste legado cultural encontra-se disperso entre os atuais agricultores e seus familiares. Analisamos o repertório de plantas cultivadas com finalidades medicinais e utilitárias através de levantamentos etnobotânicos. Este bairro está situado no Maciço da Pedra Branca, que abriga o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). A criação do PEPB, através da lei estadual n°.2377, de 28 de junho de 1974, impôs progressivamente novas formas de uso e delimitação do espaço que entraram em choque com as práticas tradicionalmente estabelecidas por moradores. Visando o resgate e uma sistematização destes saberes, conhecimentos tradicionais que representam o legado humano na composição da paisagem, explicitaremos as formas como a população local identifica, utiliza e valoriza os recursos botânicos da área de estudo. As coletas botânicas se deram nos quintais dos moradores e/ou nos espaços de cultivo, de acordo com as informações dos participantes. Foram identificadas 221 espécies, 172 gêneros e 71 famílias botânicas das quais Lamiaceae e Asteraceae foram as que mais se sobressaíram e número de espécies. As categorias que se sobressaíram em número de espécies foram as medicinais (122); alimentares (71); ornamentais (34) em comparação com as condimentares (16), rituais (15), uso animal (5), usadas para construção (4) e cosméticas (1). A categoria medicinal foi analisada mais detalhadamente: nove espécies apresentaram valores de CUPc maior que 50% indicando uma alta concordância de uso principal destas. O grande número de espécies alimentares (cultivadas ou não localmente) bem como de medicinais reflete um resultado coerente com o a realidade do grupo social estudado: um grupo inserido em ambiente florestal relativamente distante de grandes centros comerciais e com elevado número de integrantes realizando práticas agrícolas propriamente ditas.

Palavras-chave

Mata Atlântica, transformação da paisagem, História Ambiental, etnobotânica, conhecimentos tradicionais.

Abstract

Magalhães, Alessandra Costa; Oliveira, Rogério Ribeiro. **Ethnobotany, local knowledge, and agriculture in an urban forest: Maciço da Pedra Branca, RJ.** Rio de Janeiro, 2010. 85p. MSc. Dissertation - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation deals with a reflection on the agricultural activities carried out in a remnant of the Atlantic, in past times, and by considerations about the ethnobotanical surveys conducted through interviews with 17 residents of the neighborhood Vargem Grande, inferences about how knowledge gained from this cultural legacy is scattered among existing farmers and their families. We analyzed the repertoire of cultivated plants with medicinal purposes and utilitarian through ethnobotanical surveys. This neighborhood is located in the Pedra Branca, which houses the State Park of Pedra Branca (PEPB). The creation of PEPB by state law No .2377, dated 28 June 1974, gradually imposed new forms of use and definition of space that clashed with practices traditionally defined by residents. Seeking redemption and a systematization of this knowledge, traditional knowledge that represent the human legacy in the composition of the landscape, exploring the ways in which the local population identifies, uses and values the botanical resources of the study area. The botanical collections were found in the backyards of residents and / or areas of cultivation, according to information from participants. We identified 221 species, 172 genera and 71 botanical families including Asteraceae and Lamiaceae were the ones that stand out and number of species. The categories that stood out in number of species were medicinal (122), food (71), ornamental (34) compared with the condiments (16), ritual (15), animal use (5), used for construction (4) and cosmetic (1). The medical category was analyzed in more detail: nine species showed CUPc values greater than 50% indicating a high agreement of primary use of these. The large number of food species (locally grown or not) as well as medicinal reflects a result consistent with the the reality of the social group studied: one group entered in the forest environment relatively far from major shopping centers and large number of members performing proper agricultural practices said.

Keywords

Mata Atlântica, transformation of the landscape, Environmental History, ethnobotany, traditional knowledge.

Sumário

1. Introdução	13
2. Fundamentos conceituais	18
2.1. Território e cultura	18
2.2. Áreas protegidas e impactos sociais	19
2.3. Sustentabilidades	21
2.4. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável	24
2.5. A emergência do discurso etnoconservacionista e ecológico	26
3. Os cenários da Paisagem	30
3.1 Condicionantes Históricas	33
3.2. As memórias do grupo estudado	37
4. Procedimentos Metodológicos	43
5. Resultados e Discussão	48
5.1. Repertório botânico	48
6. Considerações Finais	70
7. O retorno	73
8. Referências bibliográficas	75
9. Anexos	82

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização do Parque Estadual da Pedra Branca; no detalhe os bairros que o compõe - ao centro Vargem Grande	32
Figura 2 - Principais zonas de abastecimento de hortifrutigranjeiros da cidade do Rio de Janeiro.	37
Figura 3 - Trilha para Comunidade Astrogilda.	40
Figura 4 - Cachoeira próxima a Comunidade Astrogilda.	40
Figura 5 - Localização das entrevistas realizadas no Bairro de Vargem Grande – Maciço da Pedra Branca	46
Figura 6 - Agricultores de Vargem Grande e o espaço compreendido como quintal.	47
Figura 7 - Área de cultivo em Vargem Grande, denominados sítios.	47
Figura 8 - Famílias botânicas mais representativas em número de espécies indicadas como úteis pelos informantes do bairro de Vargem Grande, RJ.	50
Figura 9 - Número médio de citações, por categoria de uso, por homens e mulheres no bairro de Vargem Grande, RJ.	59
Figura 10 - Número médio de espécies, por categorias de uso, citadas por homens e mulheres do bairro de Vargem Grande, RJ.	60
Figura 11 - Disposição dos bananais nas encostas dos maciços da Pedra Branca e Gericinó, com ênfase na área de Vargem Grande.	68
Figura 12 - Sítiantes acondicionando bananas em Jacás.	69
Figura 13 - O tradicional transporte das bananas persiste na região de Vargem Grande.	69
Figura 14 - As relações de conflito entre os agentes produtores do Espaço Geográfico no bairro de Vargem Grande, RJ.	72
Figura 15 - Apresentação oral dos resultados desta pesquisa para os membros da Associação de Moradores do Bairro de Vargem Grande.	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Pesquisas etnobotânicas realizadas em comunidades rurais e/ou urbanas limítrofes ou no interior de Unidades de Conservação.	49
Tabela 2 - Relação das espécies registradas nas entrevistas realizadas no bairro de Vargem Grande, RJ nos anos 2008/2009.	51
Tabela 3 - Porcentagem de concordância quanto ao(s) uso(s) principal(ais).	63

*Cipó caboclo tá subindo na virola
Chegou a hora do pinheiro balançar
Sentir o cheiro do mato da imburana
Descansar morrer de sono na sombra da barriguda
De nada vale tanto esforço do meu canto
Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal mata Atlântica e a próxima Amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar
Que triste sina teve cedro nosso primo
Desde de menino que eu nem gosto de falar
Depois de tanto sofrimento seu destino
Virou tamborete mesa cadeira balcão de bar
Quem por acaso ouviu falar da sucupira
Parece até mentira que o jacarandá
Antes de virar poltrona porta armário
Mora no dicionário vida eterna milenar*

*Quem hoje é vivo corre perigo
E os inimigos do verde da sombra, o ar
Que se respira e a clorofila
Das matas virgens destruídas vão lembrar
Que quando chegar a hora
É certo que não demora
Não chame Nossa Senhora
Só quem pode nos salvar é
Caviúna, cerejeira, baraúna
Imbuia, pau-d'arco, solva
Juazeiro e jatobá
Gonçalo-alves, paraíba, itaúba
Louro, ipê, paracaúba
Peroba, massaranduba
Carvalho, mogno, canela, imbuzeiro
Catuaba, janaúba, aroeira, araribá
Pau-fero, anjico amargoso, gameleira
Andiroba, copaíba, pau-brasil, jequitibá*

Matança, Autor: Jatobá

1. Introdução

Ao longo da história o homem imprime marcas na paisagem que podem vir a apresentar maior ou menor materialidade. São por exemplo heranças ou resultantes ecológicas, se a elas atribuirmos um significado ecológico, advindas de traços culturais, atividades econômicas, mitos e ritos de comunidades específicas. As florestas (entendidas como parte do espaço geográfico) são percebidas como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizam ou as utilizaram. Assim, no curso de sua história, o ser humano acumulou informações sobre o ambiente que o cerca e, sem dúvida, esse acervo baseou-se na observação constante e sistemática dos fenômenos e características da natureza e na experimentação empírica desses recursos. A preocupação com o desvendamento e resgate do conhecimento referente ao uso que os povos fazem dos elementos de seu ambiente natural vem desde a antiguidade. Um exemplo pode ser representado pela trajetória dos usos das plantas medicinais. Estas correspondem incontestavelmente as mais antigas armas empregadas no tratamento de enfermidades humanas. A dor fez com que o homem buscasse o analgésico; a doença o remédio, portanto, é fácil inferir que o uso de plantas no combate a doenças seja tão antigo quanto à própria humanidade (Oliveira & Akisue, 2000 apud Fuck et al., 2005). A valorização e resgate de conhecimentos e recursos genéticos tradicionais de uma forma geral é um dos caminhos para a manutenção de todo este patrimônio.

Esta Dissertação se ocupa de uma reflexão acerca das atividades agrícolas desenvolvidas em uma área remanescente da Mata Atlântica. Através de levantamentos etnobotânicos realizados por meio de entrevistas com moradores do bairro de Vargem Grande, analisaremos a forma como o conhecimento advindo deste legado cultural encontra-se disperso entre os atuais agricultores e seus familiares. O intuito deste trabalho é fazer uma análise do repertório de plantas manejadas com finalidades utilitárias e inferir sobre a relação estabelecida entre agricultores e o ambiente florestal no qual estão inseridos. Nos propomos a estudar as relações entre natureza, cultura, e sociedade, buscando estabelecer trocas com os trabalhos realizados sob a ótica da etnociência, que reforçam a inclusão social em

diretrizes estabelecidas por política públicas. O viés desta pesquisa é fundamentado em levantamentos etnobotânicos guiados pelo estudo dos processos da transformação da paisagem. Portanto, além destes, dois conceitos substantivos para o presente estudo são território e identidade cultural. A inserção destes processos no tempo e a repercussão dos mesmos na paisagem pode ser entendida pela História Ambiental. Este campo de conhecimento tem como proposta ligar a História Natural à História Social.

Suas relações com a Geografia são evidentes e configuram uma nova possibilidade de integração interdisciplinar para esta ciência. As bases teórico-conceituais da História Ambiental apresentam como questão fundamental a sua interdisciplinaridade, fator que permite um rico e intenso diálogo com a Geografia, seja ela "física" ou "humana" (Freitas, 2007). Esta característica básica da proposta dos criadores da História Ambiental torna-se possível devido ao fato de a construção desta nova disciplina se apoiar numa visão arraigadamente interdisciplinar, interessada em tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana (Worster, 1991). Temos na proposta metodológica da História Ambiental uma grande contribuição para uma interpretação multidimensional do espaço geográfico e estaremos utilizando-a para um entendimento das marcas impressas na paisagem. Esta disciplina opera em três diferentes níveis: o entendimento da natureza propriamente dita; a análise do domínio socioeconômico; e a apreensão de percepções, valores éticos, leis, mitos, entre outros elementos que visam estabelecer a ligação de um indivíduo ou um grupo à natureza, incluindo, conseqüentemente, a questão da cultura (Worster, 1991). Portanto, a História Ambiental apresenta grande afinidade com as etnociências na medida em que apresenta grande abertura aos conhecimentos tradicionais.

As populações humanas que ocupam florestas tropicais convivem com a grande diversidade destes ambientes e desenvolvem, cada qual à sua maneira, formas de explorá-los para sua sobrevivência. De seu repertório cultural, destaca-se o conhecimento sobre o uso de plantas para fins medicinais. As práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde. Porém a degradação ambiental e a intrusão de novos elementos culturais acompanhados pela desagregação dos sistemas de vida tradicionais ameaçam, além de um acervo de conhecimentos empíricos, um patrimônio genético de valor

inestimável para as futuras gerações (Amorozo & Gely 1988). Outra ameaça deve-se ao fato da pesquisa científica sobre plantas utilizadas por comunidades tradicionais brasileiras ser recente, sendo assim, pouco documentada. Soma-se a isso a forma delicada como este conhecimento é mantido, através da tradição oral. Assim, a Etnobotânica um campo relativamente novo da ciência, assim como a História Ambiental, também apresenta seu método e sua teoria em construção, na busca em entender os processos de interação das populações humanas com os recursos naturais, em especial à percepção, conhecimento e usos (incluindo o manejo dos recursos).

No caso da região estudada, a zona oeste do município do Rio de Janeiro, as obras de Corrêa (1933); Abreu (1957) e Galvão (1957) constituem preciosos registro etnográfico dos usos e modos de vida estabelecidos no maciço.

Entre as décadas de 1920 e 1930, as regiões de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, base da presente pesquisa, foram visitadas pelo escultor, e mais tarde jornalista, Armando Magalhães Corrêa, que publicou uma série de crônicas no jornal *Correio da Manhã* dando uma completa descrição da região, comportando aspectos históricos, geográficos, etnográficos, ecológicos e geomorfológicos. O livro completo contendo estas crônicas, fartamente ilustrado com gravuras feitas a bico de pena, só foi publicado em 1933, como um volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta obra, rapidamente esgotada, tornou-se um clássico da história ambiental do município do Rio de Janeiro.

A obra de Magalhães Corrêa, especificamente, é capaz de nos remeter à realidade de um sertão “longínquo” e aos costumes de seus sertanejos. Podemos afirmar que ela marcou a década de 30, ao conferir à zona rural carioca destaque e a referência de ser o “*Sertão Carioca*”. A área descrita e caracterizada pelo autor, tanto em traços geomorfológicos quanto em traços geográficos, compreende a planície de Jacarepaguá, situada entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca. Dados históricos, informações botânicas, zoológicas, antropológicas e etnográficas nos viabilizam uma nítida fotografia da História Ambiental desta região à sua época. O autor descreve o contraste entre os usos rurais e urbanos, se refere à chegada de novos hábitos citadinos que teriam alterado o caráter bucólico do local e ameaçariam a autenticidade cultural dos habitantes e, menciona também o desenvolvimento de atividades econômicas de caráter industrial que inviabilizariam o modo de vida dos *sertanejos*.

De forma menos intensa que Magalhães Corrêa, os autores Abreu (1957: O Distrito Federal e seus recursos naturais) e Galvão (1957: Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande) também trouxeram importantes contribuições para a história ambiental deste trecho do município.

O grupo social estudado (os agricultores de Vargem Grande), de uma maneira geral, se estabeleceu há várias gerações no local (Bernardes, 1992). Em sua maioria são descendentes de lavradores portugueses que chegaram à área na década de 30; um contingente menor é formado por descendentes de escravos oriundos dos engenhos existentes no período colonial. Com a urbanização e a assunção de novas políticas ambientais foi criado, em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca, que trouxe mudanças significativas às relações estabelecidas por este grupo com a prática agrícola. A exploração econômica da encosta do maciço da Pedra Branca migrou das roças de subsistência para os bananais. Estes mantiveram-se em vastas áreas, tendo os agricultores remanescentes se adaptado à nova ordem ambiental: as queimadas foram eliminadas e o cultivo da banana assumiu um caráter semiclandestino, baseando a sua exploração mais no extrativismo do que no manejo da cultura. Por não utilizar o fogo, esta forma de exploração se adaptou melhor às restrições sobre o uso da terra impostas pelo Parque Estadual da Pedra Branca (Solórzano *et al.* 2005). No entanto, desde a criação desta unidade de conservação, existe um longo histórico de conflitos entre o poder público que administra esta unidade de conservação e os agricultores. Presentemente novos atores sociais ligados ao poder público foram incorporados à questão.

Com a proposta de viabilizar uma geração de renda sustentável para os agricultores do Maciço da Pedra Branca e fomentar a fitoterapia, com a produção de espécies medicinais, o projeto *Profíto Pedra Branca*,¹ idealizado por pesquisadores da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF), de Farmanguinhos/Fiocruz, em 2007, passou a interagir na organização destes grupos via assistência à formação de associativismos e constante processo de organização, conscientização e capacitação destes agricultores para posterior inserção destes em um arranjo produtivo local de plantas medicinais e fitoterápicos.

¹ Material de divulgação do projeto em anexo.

A partir da proposta gerada pelo corpo técnico da Fiocruz de estimular o plantio e a produção de espécies medicinais foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio de forma que os levantamentos da presente dissertação servissem de base à escolha das espécies a terem a sua produção e comercialização estimuladas. O critério para escolha das mesmas inclui diversas variáveis em parte contempladas no presente estudo: origem das espécies (em se tratando de um cultivo estimulado pelo poder público no interior de uma Unidade de Conservação espécies exóticas não podem ser utilizadas), porte, conhecimento por parte dos agricultores, propriedades medicinais reconhecidas, etc.

Temos, portanto, nos elementos aqui brevemente apresentados, a configuração de um quadro de grande complexidade social e ambiental, em que questões relativas a movimento de resistência, identidade cultural, história ambiental, territorialidade e saberes locais se moldam e dão uma configuração única a esta paisagem urbana. Para tentar em alguma medida avançar na compreensão deste contexto, temos como objetivo geral do presente trabalho inventariar o repertório de espécies utilitárias e medicinais utilizadas pelo grupo estudado e resgatar o conhecimento a elas associado.

Subordinam-se a este os seguintes objetivos secundários:

- Explicitar as formas como a população local identifica, utiliza e valoriza os recursos botânicos da área de estudo.
- Disponibilizar os dados para a Associação de Agricultores e para a Farmanguinhos como subsídio para a busca de novas cadeias produtivas visando melhorar a qualidade de vida e renda da comunidade.

2. Fundamentos conceituais:

A seguir são explicitadas as linhas gerais de abordagens conceituais e temáticas teóricas que diretamente se relacionam, como um pano de fundo, às questões enunciadas:

2.1. Território e cultura

Para a compreensão dos processos que promovem a transformação da paisagem, a História Ambiental apoia-se em dois pilares constitutivos da paisagem: a cultura e o território. A primeira, neste contexto, diz respeito às formas de apreensão de recursos naturais por parte das sociedades ao longo do tempo e no presente contexto pode ser entendida como a transmissão da informação e do conhecimento em conjunção a padrões de relações materiais com o ambiente (Crumley, 1993 *apud* Oliveira, 2007). O território comporta múltiplas dimensões: simbólica, jurídica, territorial e se refere ao espaço geográfico sobre o qual um grupo encontra e estabelece suas condições de sobrevivência. Para TUAN (1983), o espaço configura-se como porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social, isto é, os espaços que vão sendo ocupados por um grupo social são decodificados e recebem qualificadores e significados advindos de sua cultura. Assim, este território pode ser compreendido como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais), que é apropriado (ou ocupado) por um grupo social, que por sua vez alicerça raízes e uma identidade com este espaço (Souza, 2003). Dentro do conceito de território há ainda a noção de paleoterritório, proposta por Oliveira (2007) e pertinente à compreensão da forma de uso do espaço pela comunidade local:

A reconstrução da história da atividade humana sobre os ecossistemas pode realizar-se sob diferentes enfoques e em diferentes escalas espaciais e temporais. No entanto, estes recortes devem levar em consideração o fato de que as florestas, aqui consideradas como parte do espaço geográfico, são percebidas como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizam ou as utilizaram em diferentes épocas. A busca pelas condições de existência constitui o motor da apropriação, identificação e transformação dos espaços florestados. Esta realidade

assim territorializada passa a ser, no dizer de HAESBERT (2002), a “riqueza dos pobres”, pela possibilidade de acesso destas populações ao espaço negado.

Ao longo do tempo a sucessão destes usos deixa marcas, se espacializa e se sobrepõe como um paleoterritório – aqui entendido como uma parte do processo sucessional – e que pode ser definido como a espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas ou por uma atividade econômica. O paleoterritório constitui, portanto, a etapa antrópica dos processos bióticos e abióticos que condicionam o processo da regeneração das florestas, onde a cultura do grupo que a utilizou desempenha um papel determinante. Este legado da presença humana apresenta uma dimensão diacrônica e tem influência comparável ao último uso feito nos ecossistemas, que é geralmente mais considerado nos estudos de sucessão ecológica. (p.23)

A questão do território no estudo em tela emerge como uma questão de fundo, multifacetada e multitemática, na medida em que a população estudada, há algum tempo, está lidando com uma ameaça de desterritorialização (*sensu* Haesbaert, 2004) em função do domínio do Parque Estadual da Pedra Branca sobre suas terras e, ao mesmo tempo, exercita a sua territorialidade, entre outros fatores, por meio de seu conhecimento acerca das plantas medicinais e agricultura. Por outro lado, este conhecimento é alicerçado no conhecimento estrutural do paleoterritório (isto é, o conhecimento, por parte das populações lá residentes, das alterações na estrutura da paisagem e particularmente da vegetação ao longo do tempo) implantado no local por ascendentes desta população.

2.2. Áreas protegidas e impactos sociais

Para entendermos as diversas relações que se estabelecem entre populações moradoras e o poder público quando da decretação de unidades de conservação, devemos analisar a construção da matriz discursiva conceitual que influencia e é refletida nos critérios adotados para o estabelecimento de políticas públicas. Em decorrência da influência que a matriz discursiva conceitual conservacionista exerce, temos o estabelecimento de áreas protegidas em países subdesenvolvidos, onde geralmente a observância dos estilos étnicos de uso da natureza é desconsiderada.

Desta forma partimos da idéia que em um primeiro momento, devemos levar em conta que modelos de desenvolvimento baseados em intensos processos

consumistas, representam uma ameaça aos recursos naturais. Quanto maior for o consumo, maior será a conseqüente destruição de seus recursos naturais. Será justamente essa sociedade que mais apreciará o mundo natural e será ela que divulgará a idéia das áreas protegidas da ação humana, constatada como necessária pelo seu próprio modelo de desenvolvimento, como sendo uma ação devastadora. Os resquícios de vegetação que restaram em seu território tornaram-se intocáveis (Diegues, 1993). Nestes pilares, brevemente expostos, fundamentam-se o movimento conservacionista/preservacionista e este dissemina-se enquanto prática da conservação por quase todos o países do mundo.

Dentro desta lógica, os parques passaram a ser defendidos e consolidados como idéia de organização, de separação da natureza para uma devida ordem, em função de uma desordem ambiental. A conservação aparece como uma forma de amenizar o caos provocado pela espécie humana. Para Simon (2003), esta idéia configura-se uma real inversão de valores onde a "natureza para alguns", considerada dentro desta lógica como usufruto exclusivo de determinados segmentos sociais, começa a ser tratada como "natureza para todos", realçando a esfera do bem comum, do bem público e a idéia de usufruto pelas futuras gerações e, sobretudo, reafirmando o poder e o controle estatal sobre as terras públicas.

As populações tradicionais que vivem uma relação etnoexistencial (Siqueira, 1998) com a natureza durante séculos, realizando um manejo equilibrado do meio ambiente não correspondem com a ação devastadora das sociedades urbano-industriais, mesmo tendo na diversidade biológica fonte de recursos. Albuquerque (2002), destaca que os conhecimentos acumulados pelas populações locais, merecem inclusive um olhar mais atencioso por parte de desenvolvimentistas e conservacionistas, pois para este autor os conhecimentos adquiridos por estes grupos podem ajudar na construção de estratégias de planejamento e conservação de áreas florestais. Isto porque em parte se estabelecem sobre territórios e palioterritórios que foram incorporados à unidade que se pretende conservar.

Desta forma, o resultado da aplicação de um mesmo modelo de conservação para os dois tipos de população etnicamente tão distintos, caracteriza-se em uma medida que pode vir a ser extremamente autoritária. No caso brasileiro, tais medidas foram tomadas em larga escala durante o longo período militar que vivemos, onde as normas democráticas foram abolidas à força. Durante os 20 anos

de período militar, (1964 – 1984), muitas comunidades tradicionais foram removidas forçosamente de seus territórios, tendo seus direitos civis desrespeitados.

Podemos observar pela trajetória histórica de implementação dessas áreas protegidas, que impactos sociais, ecológicos e culturais, causados devido à remoção da comunidade local foram muitas vezes motivos de insucesso de algumas dessas áreas. Siqueira (1998) nos alerta para atitudes antiéticas com relação à remoção dessas comunidades devido aos laços íntimos estabelecidos entre o homem e a terra, e aos valores atribuídos ao território.

Na cosmovisão dessas culturas não existe o dualismo homem-natureza, pois o que temos é uma simbiose intimamente relacionada entre espaço geográfico e as formas bióticas e abióticas. A terra não é simplesmente o lugar onde se desenvolvem as múltiplas relações entre cósmico e o antrópico, mas a mão geradora da vida, e por isso ela não pertence ao homem, ao contrário, o homem é que pertence a terra. A íntima relação entre terra e homem é que torna antiética qualquer atitude agressiva de venda e destruição da terra, pois tudo que agride a terra é também uma agressão ao homem. Existe um laço de irmandade entre todas as expressões e formas de mundo circundante, cuja cosmovisão é denominada perspectiva cosmocêntrica. (pág 23)

Além dos aspectos éticos levantados por este autor, acerca destas populações, o surgimento de novos paradigmas socioambientais onde essas populações têm sido vistas como atores sociais de grande importância, tanto na criação, como na manutenção dessas áreas protegidas, consolidam a busca de vias mais sustentáveis para os problemas socioambientais contemporâneos.

2.3. Sustentabilidades

Trata-se de um conceito relevante às questões aqui tratadas, uma vez que o objeto de estudos - o repertório das plantas medicinais e utilitárias de um grupo social - articula-se diretamente com as suas formas de sustentabilidade. A busca da construção de uma nova dialética, que esteja calçada nas diferentes maneiras pelas quais sociedades e natureza interagem, pode contribuir para uma reflexão acerca da relação estabelecida entre sociedade humana e a natureza. Para Moreira (1985), A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto

da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana. Esta relação reveste-se de singular complexidade e lança ameaças ao destino da espécie, no longo prazo, caso não sejam formuladas respostas adequadas aos desafios colocados.

Trouxemos para o âmbito de nossa sociedade os valores necessários para a proliferação do consumismo e conseqüente visão utilitarista da natureza. Brügger (2006) nos coloca que a idéia da racionalidade instrumental. Esta configura-se alicerçada em dois traços culturais marcantes, que são o antropocentrismo e o caráter pragmático que o conhecimento adquire. Desta forma, segundo o autor, vem-se tornando possível o ideal de produtividade máxima – um ícone da sociedade industrial -, através da incessante modificação dos espaços naturais e do uso intensivo dos chamados “recursos naturais” e “recursos humanos”. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído, dominado e explorado. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da "realidade objetiva" construída pelo homem. Segundo Gonçalves (1988):

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e, tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo. (p.35)

A expansão do capitalismo se dá dentro de uma lógica utilitarista desenvolvida com a revolução técnico-científica e, posteriormente, com a revolução industrial. Pouco a pouco, transformou-se de modo de produção em um verdadeiro modelo civilizatório, incluindo dimensões que ultrapassam, em muito, o econômico (Rua, 2005). Nesse contexto surge a concepção de domínio sobre a natureza. Dominar a natureza seria como dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo. Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem.

Para Gonçalves (1988), essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias. É a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor

de todas as coisas, que faz com que se esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete, e em consequência a esta visão, praticamos hoje uma intervenção na natureza, sem precedentes históricos. Essa intervenção tem levado ao esfacelamento de outras racionalidades contribuindo assim para a diminuição das diversidades e, conseqüentemente, para uma possível insustentabilidade ecológica, social, política, cultural, e mesmo econômica. Da mesma forma, Santos (1994) reforça esta idéia de ruptura ao enfatizar a relação de “dominação da natureza” em seu discurso:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo desta evolução. (p. 147)

Temos a configuração de um modelo de “desenvolvimento” à maneira ocidental, onde podemos nos indagar se não é esse em verdade, um instrumento de dominação econômica, política e cultural sobre os povos dos países ditos subdesenvolvidos. Para Konder (1997), esse tipo de lógica de pensamento foi e é dominante na história porque corresponde aos interesses das elites e classes dominantes, preocupadas em dar sentido universal e absoluto a seus valores e instituições que normatizam a vida em sociedade, inviabilizando a possibilidade racional de se buscarem mudanças sociais profundas.

Ao expor resumidamente características relevantes deste modelo de desenvolvimento ao qual estamos inseridos, e as suas resultantes na forma como nossa sociedade relaciona-se com a natureza, apresentamos argumentos para uma compreensão que este modelo traz consigo um aspecto insustentável: ele não atende a premissas básicas que garantam a todos nós e ao próprio planeta, uma condição mínima de equilíbrio onde ocorra à interação sociedade-natureza sob a forma de uma co-existência. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável deve ser analisada com atenção, com as devidas ressalvas, para se perceber que o conceito deverá ser diverso na medida em que estamos lidando com uma diversidade de culturas e ambientes naturais e culturais.

2.4.

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Analisar a construção e emergência do conceito de desenvolvimento sustentável é compreender os processos objetivos e subjetivos que levaram à consciência do esgotamento do modelo de desenvolvimento, experimentado nas últimas décadas, e da necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento. Conforme mencionamos acima, a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do movimento ecológico, sobretudo a partir da década de 1970, mobilizam um potencial de crítica aos modelos de desenvolvimento industrial, tanto capitalista, quanto socialista e despertam uma nova necessidade: uma consciência que atenda à dimensão ambiental da realidade.

Por detrás de um aparente consenso sobre o conceito de sustentabilidade, esconde-se uma multiplicidade de significados, que refletem as disputas de diferentes interesses sociais, econômicos e políticos, assim como uma disputa pelo próprio significado hegemônico do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável (Moreira, 2004).

Popularizado como Relatório Brundtland, este documento evidenciou e difundiu a idéia de que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem colocar em risco a satisfação das necessidades das futuras gerações. Moreira (2004) atribui a esta formulação uma análise intencional suficientemente vaga ao ponto que, não entre em desacordo com discursos que representem os interesses hegemônicos consolidados; sejam de nações, de corporações nacionais e transnacionais; sejam de classes sociais, de domínios territoriais ou mesmo tecnológicos.

Moreira (2004) propõe a tese de que a sustentabilidade contém uma essência histórica capitalista, configurando uma indeterminação denominada pelo autor como nebulosa ambientalista: “É nosso intuito ressaltar que subjacente ou imanente a essas disputas vigora o direito capitalista da propriedade privada e o conceito de natureza fundador da cultura moderna, uma natureza antrópica a ser dominada e manipulada, apesar dos movimentos de reconceitualização da natureza”. Essa idéia nos oferece a concepção de uma confluência de interesses sociais e discursos que não questionam a propriedade privada capitalista, que

resultam apenas em gerenciamentos de seus usos, agora ampliados para além da produção de alimentos.

Ao predominar a visão economicista de desenvolvimento, também a idéia de sustentável ficou comprometida. Desenvolvimento sustentável torna-se insustentável já que, nessa construção, a sustentabilidade ainda permanece atrelada a uma visão restritiva de desenvolvimento. Rúa (2007) defende esse questionamento e cita:

Devemos tentar construir uma dialética centrada nas maneiras pela qual sociedade e natureza interagem, contribuindo para formar uma base de pensamento crítico em que as relações entre humano e não-humano sejam revistas; em que se priorize o estudo do espaço vivido em vez do espaço abstrato, levando em consideração as pessoas no seu processo de construção da vida cotidiana, mas, também os outros seres orgânicos, os aparatos tecnológicos e os códigos discursivos. (p.390)

Fundamentado em Souza (2007) o autor acima citado nos apresenta um caminho dinâmico onde a construção do desenvolvimento deve ser buscada e realizada pelos próprios protagonistas, pelos sujeitos históricos concretos interessados nesse movimento de “desenvolver-se”, de acordo com as próprias peculiaridades.

Aliando-se a esse discurso, em tom crítico, Gonçalves (2001) afirma: “o modelo de desenvolvimento econômico das regiões temperadas que tem sido imposto com um alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo”. Este modelo, para o autor, tem se colocado em confronto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico de populações com racionalidades distintas da racionalidade atomístico-individualista² ocidental e os graves riscos à segurança alimentar inerentes a mesma, fato este que justifica atribuímos o adjetivo insustentável a este tipo de racionalidade referida pelo autor.

Encontramos na idéia de racionalidade atomístico-individualista ocidental de Gonçalves (2001) ligação com a lógica explicitada por Leff (2001) ao referir-se a que o autor convencionou denominar por “racionalidade capitalista”. Dentro deste discurso, o autor nos apresenta uma necessidade de desconstrução da racionalidade

² O paradigma atomístico individualista espelha, segundo Gonçalves (2001, p. 45), o triunfo da descoberta da unidade elementar seja em qual disciplina: das ciências físicas (o átomo) às ciências do homem (o indivíduo). Este conceito contrapõe-se a idéia opõe-se a o novo direcionamento atento às noções de sistemas e suas muitas interações que surge a partir do final do século XIX.

capitalista e uma necessidade de construção de outra racionalidade, a racionalidade social.

Leff (2001) argumenta, sob a perspectiva ambiental do desenvolvimento sustentável, que as contradições entre a lógica do capital, os processos ecológicos e os sistemas vivos não resultam da oposição de duas lógicas abstratas; sua solução não consiste em aplicar o comportamento econômico na lógica do vivo ou em internalizar - como um conjunto de normas - as condições de sustentabilidade ecológica na dinâmica do capital. Afirma que as contradições entre racionalidade ecológica e a racionalidade capitalista se dão por meio de um confronto de diferentes valores e potenciais, arraigados em esferas institucionais e em paradigmas de conhecimento, e por meio de processos de legitimação com que se defrontam diferentes classes, grupos e atores sociais. A racionalidade ambiental, segundo ele, não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. A racionalidade ambiental é, afinal, apresentada como social. Portanto, não seria o caso de falar-se de uma racionalidade socioambiental?

Para Leff (2001), a categoria racionalidade ambiental vai além disso e é construída mediante a articulação de quatro esferas de racionalidade: substantiva, teórica, instrumental e cultural. Este processo de articulação de esferas de racionalidade vai legitimando a tomada de decisões, dando funcionalidade à racionalidade ambiental. Desta forma, conclui o autor, nas práticas de apropriação e transformação da natureza se confrontam e amalgamam diferentes racionalidades: a do tipo capitalista de uso dos recursos; a racionalidade ecológica das práticas produtivas e a dos estilos étnicos de uso da natureza. Para ele, a desconstrução da racionalidade capitalista requer a construção de outra racionalidade social.

2.5.

A emergência do discurso etnoconservacionista e ecológico

Na década de 80, surge no Brasil o chamado *ecologismo social*, representado por organizações sociais, dentre elas podemos citar o Movimento dos Seringueiros,

dos pescadores artesanais, dos índios, etc. Esses movimentos levantaram o questionamento a respeito da função dos Parques Nacionais e Unidades de Conservação, principalmente no que diz respeito à presença e participação efetiva das comunidades tradicionais nessas áreas. Temos dentro deste contexto a visibilidade da necessidade de construção de uma nova relação entre homem e natureza, onde temos na valorização da cultura e dos saberes tradicionais uma grande contribuição (Scherer-Warren, 1993).

Sob alguns aspectos, essa valorização surge em alguns casos com interesses voltados para fins lucrativos. Essas comunidades, ao se apropriarem do espaço físico como sendo seu território, com seus hábitos e costumes, realizam um manejo na área alternando a diversidade local, sem que a funcionalidade do ecossistema se altere.

Se nós nos remetermos ao próprio conceito de “sociedades tradicionais” descrito por Arruda (1999), encontraremos tal característica como sendo fator inerente a esta classificação:

Estamos utilizando a noção de 'sociedades tradicionais' para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (p.80)

Estas comunidades possuem um modelo de ocupação do espaço e o uso dos recursos naturais voltados basicamente para subsistência, onde a mão de obra familiar é utilizada de forma intensiva, a tecnologia empregada para a subsistência possui baixo impacto ambiental e é derivada de conhecimentos patrimoniais. Estas populações – caiçaras, sitiantes, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – de uma forma muito geral ocupam uma dada região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada da terra, definido apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seus limites regulados pelo uso. Populações tradicionais são definidas por Diegues (1996) como pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Na verdade, em função da imensa diversidade cultural destas populações – como caiçaras, quilombolas, sitiantes, etc. – distintas

resultantes ecológicas podem ser esperadas. Oliveira (2007) da mesma forma remete-se a este fato e nos chama atenção para a existência de uma visão romântica a respeito das comunidades tradicionais. Segundo o autor, o conceito de populações tradicionais é comumente alimentado por estereótipos que geralmente as desfiguram no sentido de tratar todos os seus representantes como usuários de tecnologias de baixo impacto ambiental. Ser classificado dentro da categoria de população tradicional não assegura sustentabilidade social ou ecológica ao sistema manejado, assim como ser população não-tradicional não significa necessariamente que o manejo ambiental leve à depleção dos recursos.

Estes diversos grupos lidam com uma série de desafios, tanto no que diz respeito à manutenção de seus hábitos, sustentáveis ou não; quanto ao reconhecimento de seus saberes pelo poder público. Sendo detentores de um conhecimento biológico, em freqüentes situações deparam-se com o desrespeito a sua propriedade intelectual. Esta lhes é negada, em função da forma autoritária com que nossas políticas públicas são elaboradas, desconsiderando a relevância que a participação das populações locais poderia trazer. Diegues (2000) comenta o fato: “O reconhecimento de paisagens, moldadas pela ação humana tem implicações importantes para a propriedade e, conseqüentemente, para os direitos de acesso e uso dos recursos biológicos encontrados nas áreas protegidas” (...).

Aumentando a gama de desafios que se apresentam a estes grupos, temos o risco de esfacelamento dos conhecimentos tradicionais associados aos fenômenos decorrentes de processos de urbanização; das migrações internas; da massificação imposta pelos veículos de comunicação; da desvalorização do conhecimento dos mais velhos, estes dois últimos mais relacionados aos jovens. Estes fatores reunidos favorecem a perda de valiosos conhecimentos tradicionalmente adquiridos da identidade cultural destes grupos sociais. Nestes aspectos, estudos etnobotânicos configuram-se como importantes registros destes saberes.

Através da etnobotânica são analisadas as relações entre os seres humanos e os recursos vegetais, procurando responder a questões como: quais plantas estão disponíveis, quais plantas são reconhecidas como recursos, como o conhecimento etnobotânico está distribuído na população, como os indivíduos diferenciam e classificam a vegetação, como esta é utilizada e manejada e quais os benefícios econômicos e financeiros derivados das plantas (Alcorn, 1995 *Apud* Begossi,

2002). Ao estudar particularmente as espécies utilizadas para fins medicinais por essas comunidades, é possível avaliar a relevância deste conhecimento para as mesmas, podendo inclusive fornecer subsídios para estudos etnofarmacológicos que promovam a interação de sistemas médicos populares e modernos, propiciando melhor aproveitamento e maior segurança no uso dos recursos terapêuticos locais. Como nos explicitam Pérez-Negrón & Casas (2006):

Conhecimentos em etnobotânica e etnoecologia podem ser úteis para o planejamento, para a gestão de florestas e de recursos vegetais tanto a nível local quanto regional. Esta premissa reconhece a importância das ligações tradicionais e os conhecimentos científicos para planejamento, utilização e conservação, restauração dos ecossistemas locais, os seus recursos e serviços. Documentação das técnicas tradicionais de utilização, de gestão de instalação de recursos, bem como a avaliação do impacto humano sobre as florestas devido à extração de recursos vegetais podem fornecer informações úteis nesse sentido, nesse contexto. (p.357)

Dessa forma, mediante o acima exposto, partimos dos pressupostos que analisando o contexto histórico-cultural da comunidade de agricultores do bairro de Vargem Grande, estaremos trilhando um caminho para entender a estrutura e função do ecossistema no qual estão inseridos, e a cultura de seus integrantes. A história, nesse contexto, significa mais do que o passado dos indivíduos, pois inclui a análise da dialética entre mudança ambiental e mudança cultural (Headland, 1997, *apud*, Adams, 2000). Moreira (2004) nos chama a atenção para que dentro deste contexto, possamos levar em conta que as práticas geográficas são categorias do empírico, e por isso são também mediações que fazem da compreensão do espaço a compreensão da sociedade, e da teoria do espaço uma teoria da sociedade e vice-versa.

3. Os cenários da paisagem

Mediante as interações homem-natureza que se deram neste espaço geográfico, temos a configuração de uma paisagem que não pode ser lida como um simples resultado, como um único processo ou princípio. Em vez disso, para a compreensão da paisagem nesse ponto de vista, é necessária a reconstrução da seqüência de eventos formativos que cumulativamente moldaram a configuração da mesma (Metzger 2001). Para o autor, a paisagem em si representa o fruto de uma história comum, interativa, entre sociedade e natureza, que se encontra sempre em transformação, seja com a presença do homem ou não.

A Mata Atlântica, devido à sua proximidade com litoral, foi um dos biomas mais antropizados desde o início da colonização do território nacional (Dean, 1996). A forte pressão antrópica que esses remanescentes sofreram e vêm sofrendo, tem levado à perda de extensas áreas verdes, da cultura e das tradições das comunidades que habitam estas áreas, as quais dependem muitas vezes de recursos do meio para sobreviver (Fonseca & Sá 1997). Outro fator que contribuiu para a erosão dessa cultura local foi o modelo excludente adotado no Brasil, para a criação das unidades de conservação, para o qual, essas populações, que habitavam dentro ou no entorno dessas áreas, constituíam uma ameaça à sua integridade (Sobrinho, 2007). As comunidades que abrigam descendentes de antigos lavradores residentes no bairro de Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se dentro deste contexto.

Poucos ecossistemas no Brasil apresentam uma situação de diversidade semelhante à que ocorre na extensa formação costeira brasileira conhecida como Mata Atlântica, onde a paisagem apresenta-se multifragmentada e profusamente variada ao longo do litoral (Oliveira 2005). Este mosaico de florestas pluviais, planícies e montanhas costeiras, denominado em conjunto de Mata Atlântica, ocupa principalmente a vertente atlântica das serranias, incluindo nossa área de estudo: o maciço da Pedra Branca.

Em termos fisiográficos, o maciço da Pedra Branca faz parte do conjunto de maciços litorâneos que compõem o relevo da cidade do Rio de Janeiro. Apresenta-se com altitude moderada (1.025 m no Pico da Pedra Branca, ponto culminante do

município) e vertentes escarpadas, apesar de apresentar feições de relevo menos dissecadas, comparativamente ao maciço da Tijuca (Costa, 2002). É separado do maciço de Gericinó pela Baixada Bangu-Realengo, e do maciço da Tijuca pela Baixada de Jacarepaguá, que se estende por toda sua parte meridional até a orla marítima (ver figura 1). Sua área estende-se entre as latitudes de 23°04' e 23°52' Sul e entre as longitudes 43°23' e 43°32' Oeste. Ao Maciço da Pedra Branca foi conferida a regulamentação ambiental sob formato de Parque Estadual, o Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB. Esta unidade de conservação foi criada através da lei estadual nº 2377, de 28 de junho de 1974, tem a área de 12.398 ha (o que representa 16% do território do município do Rio de Janeiro). Na face Leste, tem seus limites no bairro da Taquara, Colônia, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena. Ao Sul, limita-se com as localidades do Grumari e Guaratiba. Na face Oeste, com o bairro de Campo Grande. Na face Norte, limita-se com os bairros de Senador Camará, Bangu, Realengo e Sulacap. Seu limite oficial é a cota de 100 m, englobando, assim, cerca de 70% do maciço da Pedra Branca (Costa, 2002).

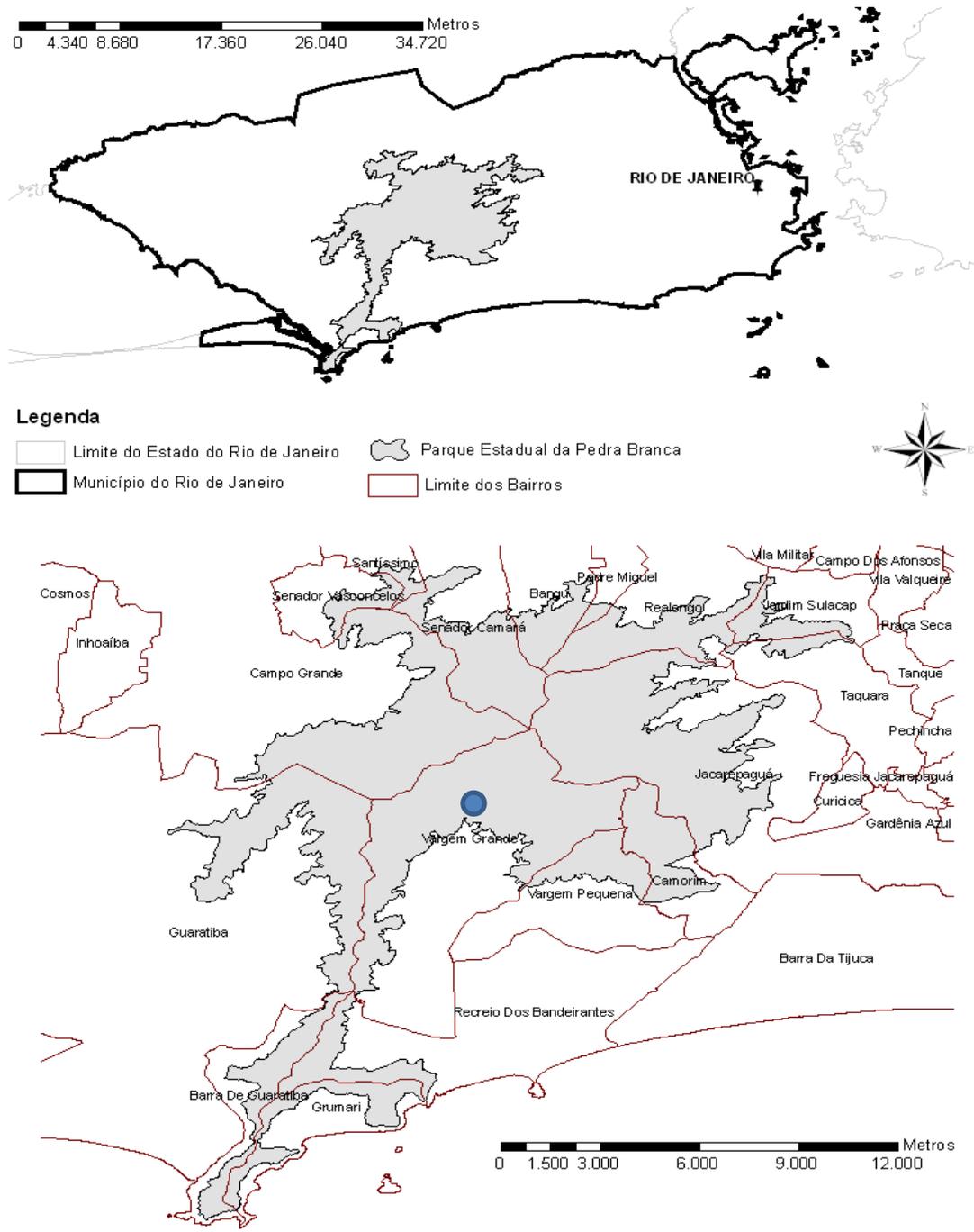


Figura 1: Localização do Parque Estadual da Pedra Branca; no detalhe os bairros que o compõe - ao centro Vargem Grande. Fonte: IPP, 1999.

A ocupação desta área iniciou-se como em boa parte do litoral sudeste: há mais de três mil anos, com bandos de coletores-caçadores que formaram vários sambaquis (montes de conchas e restos orgânicos) na baixada de Jacarepaguá. A economia destes grupos era bastante diversificada, com predomínio da pesca e coleta de moluscos. Apesar da dependência dos recursos litorâneos, existem evidências de que estas populações subsidiavam seu abastecimento com a caça na encosta do maciço da Pedra Branca (Oliveira 2005).

O maciço da Pedra Branca vive atualmente um acelerado processo de desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno e de expansão da degradação do ecossistema florestal. O crescimento da malha urbana, o desmatamento e a expansão das atividades agrícolas em suas encostas imprimem hoje, na paisagem, grandes modificações no arranjo espacial de seus elementos; e definem, assim, sua nova paisagem. Por ser área de expansão urbana, ou seja, onde o crescimento dos núcleos de ocupação está ainda se processando, o maciço da Pedra Branca guarda, no seu espaço, traços de um conflito rural-urbano (Oliveira 2008).

3.1. Condicionantes históricos

Originária de uma sesmaria do século XVI, doada a uma ordem religiosa no século XVII, o Mosteiro de São Bento, incorporada aos domínios de um banco sob o formato de um extenso latifúndio, Vargem Grande teve em seus solos férteis aliados à condição de relativa proximidade de mercados consumidores, condições propícias para o desenvolvimento de cultura de gêneros agrícolas (Galvão 1957). Esta autora nos relata:

A cerca de sessenta quilômetros a sudoeste do centro do Rio de Janeiro, ao longo da estrada dos Bandeirantes, situa-se, no distrito de Jacarepaguá, uma região agrícola de grande importância econômica, que contribui, com uma parcela não desprezível, para abastecer a cidade, de bananas, verduras e legumes. Quem por aí passa tem a atenção logo atraída para os morros que se recobrem de extensos bananais e para o grande número de caixotes empilhados ao pé de alguns portões ou noutros pontos à beira da estrada.

Esta condição poderia ter se perdurado até os dias de hoje, com a devida expressividade, se condições naturais e força de trabalho bastassem para tal

empreendimento. Estamos falando de uma área que viveu um intenso processo de valorização do solo em função da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, instauração de algumas modalidades de Unidades de Conservação, como as Florestas Protetoras da União, de proteção ambiental e um intenso processo de loteamento e venda de pequenas propriedades.

Em relação à origem do nome do bairro, segundo Galvão (1957), os habitantes da serra davam o nome “vargem” a toda a área de baixada. Esse fato nos ajuda a entender a alusão feita pelos beneditinos, na escolha do nome da fazenda que foi estabelecida na região por volta do séc. XVIII, Fazenda da Vargem Grande, o primeiro núcleo de povoamento da região.

Em algumas áreas plantou-se o café e sua presença pode ser percebida atualmente em meio a seguimentos de florestas secundárias. Na várzea, a mata de brejo alimentava algumas indústrias dentre as quais, a de cestas e tamancos. A fabricação de balaios era relativamente importante, pois com eles se transportavam os produtos agrícolas, sobretudo a banana, para o mercado. Este ofício é desenvolvido até hoje, com a mesma finalidade. Além do cesto, fazia-se também o tipiti, destinado ao preparo da farinha de mandioca, produto de grande consumo na região. A indústria de tamancos utilizava madeiras, como o jenipapo (*Genipa americana* L.) a leiteira (*Tabernaemontana laeta* Mart.) e, sobretudo o pau-de-tamanco (*Tabebuia cassinoides* DC). Derrubadas as árvores pelos machadeiros, eram elas reduzidas a toras e transportadas pela água dos córregos que cortavam os brejos. Parte desta madeira era industrializada pelos tamanqueiros da região, mas a maior parte era encaminhada às fábricas da cidade (Galvão, 1957). Nas encostas, a exploração das capoeiras para lenha e carvão teve grande importância para o abastecimento dos fogões domésticos do Rio de Janeiro até 1940. O carvão era fabricado *in situ*, por meio de carvoarias – os chamados balões de carvão – estabelecidos em pequenos platôs abertos à enxada ou ampliando-se degraus de origem litoestrutural nas encostas, as chamadas “cavas” (Corrêa, 1933). Em referência à extração e o comércio de lenha o autor nos relata:

As matas cariocas para o corte são próprias ou arrendadas, por contrato ou meiação. A derrubada é, geralmente, feita em matas de pequeno talhe, capoeirões e capoeiras, mas muitas vezes lá se vão as madeiras de lei e já bastantes idosas.

Os machadeiros cariocas não só atacam as matas dos morros e serras, como trabalham nos mangues e alagados. Calculava-se em 1890, que 20% dos talhes de lenha em feixe, eram retirados dos mangues, em virtude da sua resistência à combustão, impregnados, que são, de sais.

No corte da madeira de combustão há três processos: lenha métrica, isto é, um metro cúbico de volume de lenha, que tem três dimensões, um metro de altura, um de largura, tendo a lenha um metro de comprimento, em forma roliça (estéreo). Essa lenha é colocada à beira da estrada, é conduzida por auto-caminhões; o feixe de lenha composto de pedaços de lenha de um metro mais ou menos de comprimento, em achas irregulares (lascadas ou rachadas ao meio) sendo a talha dezesseis feixes de lenha. A condução dessa lenha é feita, comumente, em cangalhas de burro e vendida a varejo. A lenha em tocos (pedaços de madeira de 30 centímetros mais ou menos); a venda desse combustível é feita milheiros e mesmo por centos e são transportados em cangalhas, em sacos, pelos burros de tropas. Assim é o comércio de lenha (...).

Essa fase da indústria extrativista sucedeu a um longo período de atividade agrícola levada a efeito na fazenda da Vargem Grande, instalada pelos beneditinos em terras da antiga sesmaria dos Correia de Sá, legadas ao Mosteiro de São Bento por D. Vitória de Sá, em 1667.

Aos monges se deve a ocupação efetiva dessa área com a criação de um engenho de açúcar, com a exploração agrícola de parte das glebas para o abastecimento do próprio convento, e com o arrendamento de numerosos sítios a pequenos lavradores. Em 1891 a fazenda foi vendida a uma companhia particular que aí pretendeu instalar outros engenhos para suprir de açúcar o mercado do Rio de Janeiro. Falindo pouco depois, vítima do crack do encilhamento, tal companhia viu-se obrigada a entregar ao Banco que financiara o empreendimento não sede da fazenda, como todas as terras a ela vinculadas.

A partir da década de 1920 as terras foram vendidas a lavradores e configuraram-se os primeiros sítios da região, dispostos ao longo da serra ou na região da vargem. Na região da serra predominaram as pequenas propriedades, e na região da vargem, mais valorizada em função das condições topográficas, ficaram alocadas as grandes propriedades freqüentemente administradas por encarregados. Essas propriedades eram comumente subdivididas em áreas menores e arrendadas a pequenos agricultores, em alguns casos vendidos sob o formato de lotes residenciais.

Em relação à ocupação da região serrana, Galvão (1957) nos relata: “Vista da planície, a serra impressiona pela extensão dos bananais que lhe recobrem os flancos até alturas superiores a 400 m; nenhuma clareira, nenhum indício de

habitação ou moradores”. No entanto, essa afirmação é questionada pela autora nos conduzindo a uma observação que revela uma intensa atividade agrícola. Estamos falando de uma atividade econômica realizada por populações que configuraram a segunda geração nascida em terras comercializadas pelo Banco Crédito Móvel em Liquidação (Corrêa, 1933) e baseava-se não somente em culturas temporárias, mas em lavouras permanentes: “nas encostas ensolaradas, as soalheiras, domina a laranja; nas vertentes sombrias e úmidas, denominadas Noruega³, viceja a banana” (Abreu, 1957; Galvão, 1957). Relatos de espécies frutíferas cultivadas em quintais neste período - mangueira, jaqueira e abacateiro - comprovam a ocupação efetiva e prolongada da terra, além de fornecer suplemento para a alimentação familiar, o excedente é destinado à comercialização. Eventualmente estas espécies podem ser hoje encontradas em antigos quintais abandonados e tomados pela floresta.

A configuração espacial das propriedades nessa região se dava em meio aos bananais, tanto mais distantes uma das outras, quanto mais íngreme fosse a declividade. A área desses sítios variava entre dois a quinze hectares e somente poucos sítios possuíam áreas contínuas maiores, até 80 hectares, ou eram donos de mais de uma gleba.

Espalhada em numerosos pontos do maciço, existia a *lavoura branca* ou também chamada de *roça de lavoura miúda*, feita no sistema derrubada-pousio. (Galvão, 1957). Como culturas voltadas à subsistência, temos o relato de cultivo de feijão intercalado ao milho, o café plantado à sombra da bananeira e a cana. A mandioca também teve expressividade: “até aproximadamente a década de 30, ela era cultivada para o fabrico doméstico da farinha. Quase toda a casa dispunha de sua roda, ralo, prensa ou tipiti, tacho e forno” (Galvão, 1957). Já o aipim, batata-doce, abóbora, banana, milho, laranja, chuchu, jiló, maxixe e abóbora, são exemplos de culturas comerciais praticadas na região serrana. A maior parte destes produtos era vendida no mercado de Madureira, o restante, seguia para as feiras. Cabe ressaltar, que boa parte dos lavradores da serra, neste período, eram feirantes e o papel desempenhado pela a instalação de armazéns na região da Vargem.

Podemos perceber uma relação de troca comercial estabelecida entre os dois ambientes - a serra e a vargem – e, ao armazém foi atribuído o status de local de troca ou ponto de encontro entre os integrantes das duas regiões. Da serra descem

³ Noruega x soalheira designam orientações de encostas, respectivamente sul e norte.

os produtos (já citados) a serem embarcados nos caminhões que freqüentemente fazem ponto junto a esse estabelecimento rural. Da vargem sobem o açúcar, a farinha, o arroz, o macarrão, a carne seca, a cebola, a batata inglesa, o pão (Galvão, 1957). A autora atribui à instalação e à proliferação dos armazéns, fator determinante para o abandono de determinados hábitos tradicionais como do beneficiamento do fubá, da farinha, do açúcar e o estímulo à produção de gêneros comerciais em detrimento aos de subsistência.

Na figura 2 são demarcadas as regiões de roças e hortas, na década de 50, nos bairros da Zona Oeste como Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena e Jacarepaguá e os seus respectivos fluxos de comercialização (Abreu 1957).

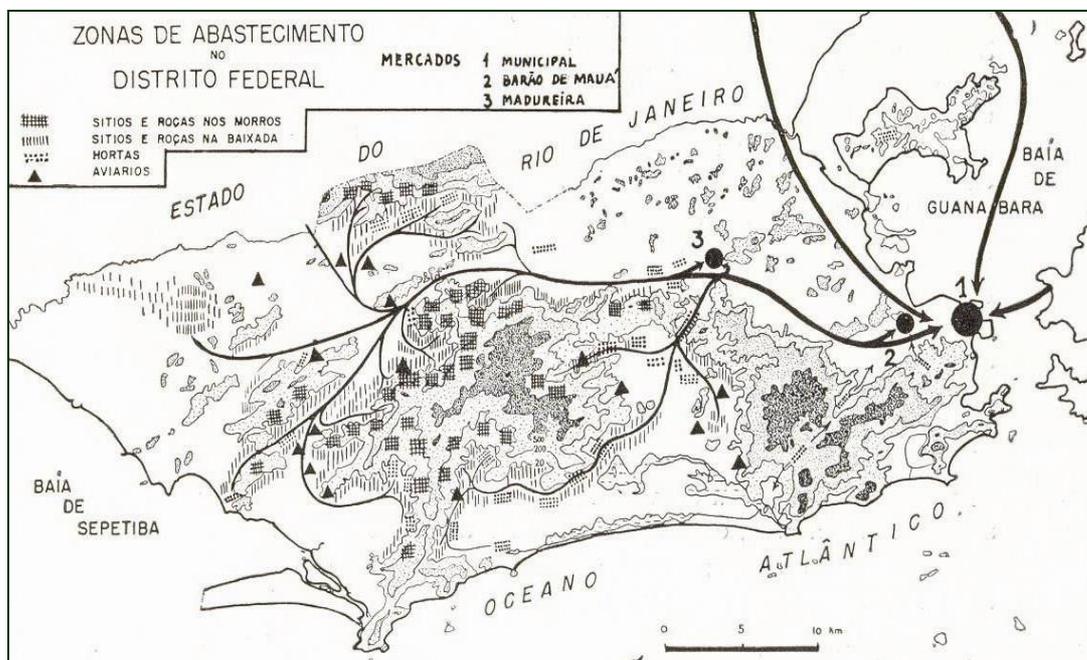


Figura 2: Principais zonas de abastecimento de hortifrutigranjeiros da cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: Abreu, 1957).

3.2. As memórias do grupo estudado

Em ocasião das entrevistas com os integrantes dos grupos familiares estudados, outras tantas conversas informais aconteceram com as lideranças, comerciantes e demais moradores que completaram as informações obtidas através das entrevistas como também possibilitaram trocas de experiências e

discussões mais intensas com parte da comunidade. Esses momentos proporcionaram ricas discussões não somente sobre as informações necessárias para o levantamento etnobotânico, como procuraremos apresentar neste item, mas também proporcionou espaço para a reflexão da própria condição em que o grupo se encontra, sobre a participação destes como “atores” que estão construindo sua própria história e têm o direito e também o dever de opinar e entender-se como parte e não à parte.

Destacaremos algumas memórias citadas pelos entrevistados, em especial pelos mais velhos e residentes antigos do Bairro de Vargem Grande.

Quando em entrevista de campo ao Sr. Jerônimo Alves Neto, **Sr. Manoel Bonitinho**, residente do bairro de Vargem Grande há cerca de 57 anos, nos chamou a atenção a determinadas menções em concordância aos fatos descritos na bibliografia recorrida e citada no ítem 3.1 Condicionantes históricos. Dentre eles destacamos o trato da terra pelos portugueses, os gêneros agrícolas e o transporte e o destino da produção.

“As mercadorias eram puxadas em tropa de burro até o Rio da Prata, e em seguida um caminhão era utilizado para levar os produtos até o Mercado de Madureira.” (Sr. Manoel, out. 2008)

Algumas referências feitas aos portugueses pelos entrevistados, especificamente S. Manoel, atribuem a estes o título de grandes proprietários de terras da região de Vargem Grande, pontualmente em áreas de baixada, e responsáveis pelos cultivos de gêneros agrícolas. Entre eles foram citados os seguintes gêneros: laranja, banana, nabo, rabanete, couve, salsa, alface, brócolis, abóbora, pepino, aipim, batata, etc. Algumas medicinais também foram lembradas: hortelã, boldo, alecrim, manjeriço, arruda. Para o entrevistado o aumento do contingente de portugueses na região devia-se ao fato destes ao atingirem o êxito em suas plantações, estimularem a vinda e o estabelecimento de seus conterrâneos na região. A este respeito cita: “Eles vieram para cá por causa da solidariedade: um chamava o outro. Eles trabalhavam juntos e trabalhavam muito”. (Sr. Manoel, out. 2008).

A “produção” não limitava-se exclusivamente a gêneros agrícolas, **Sr. Amaro** residente na região há cerca de 49 anos, filho de machadeiro natural da

região de guaratiba, trabalhou na produção de carvão e citou construções de balões com aproximadamente 6 m de altura, com produção em torno de 1.000 sacas.

Outra grande contribuição que nos foi essencial para a compreensão da organização social do grupo estudado, foi dada por Irene de Andrade Mesquita, **D. Lila**, 78 anos, nascida no bairro de Vargem Grande. Esta moradora foi a primeira pessoa a ser indicada pelos agricultores, membros da associação AGROVARGEM (Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande) como grande conhecedora de plantas medicinais. Ela nos trouxe diversas lembranças, dentre elas a de seus pais lavradores e feirantes fazendo farinha, café, moendo cana... Fazendo roupa para ela e para seus irmãos, com saco de aninhagem, roupa que era utilizada como uniforme escolar. Neste ponto, a dificuldade para frequentar a escola é mencionada e da mesma forma a importância que esta representa para a entrevistada e demais membros do grupo. Destacamos a riqueza de conhecimentos desta participante, em especial em suas receitas para remédios e simpatias, transcrevendo algumas a seguir:

Para labirintite é bom usar sete folhas de mangueira dentro do travesseiro, que devem ser trocadas a cada oito dias por folhas novas.

Uma boa simpatia para criança andar é a da batata-doce. Usa a rama da batata para medir a perna da criança e depois enterra.

Um bom chá calmante que eu uso é o feito a canela, louro, erva cidreira, laranja da terra e cravo. Ótimo para tomar antes de dormir.

Nédia dos Santos Mesquita, **D. Nédia**, 76 anos nascida no bairro, nos concedeu uma entrevista no dia 05 de fevereiro de 2009 e veio a falecer antes do término desta pesquisa. Bisneta de escravos, filha de pai agricultor e carvoeiro onde encontrava na venda da banana e do carvão respectivamente sua principal fonte de renda. Nossa visita a esta senhora deu-se através de indicação de D. Lila referindo-se a esta como uma grande amiga de convivência comum desde a infância. A comunidade onde ocorreu esta entrevista configura-se um núcleo familiar cujo nome é uma homenagem a mãe de D. Nédia, D. Astrogilda. (Figura 3). Esta comunidade usando os termos de referência dos moradores “fica lá em cima, depois da cachoeira”, lugar de acesso relativamente difícil para carros, especialmente em dias de chuva. Quando interpelamos D. Nédia sobre seu cotidiano e dos demais residentes da comunidade, nos foi mencionado o papel

exercido pelo regime pluviométrico e em decorrência deste, pelo rio que perpassa a comunidade, ditando por vezes o ritmo da acessibilidade do grupo com o restante o bairro: “se tiver chovendo muito, não tem como passar de verdade, o rio enche e não tem jeito mesmo”. (Figura 4). Em tempos pretéritos este grupo encontrava-se em condição de isolamento mais intenso, situação esta mencionada, pela entrevistada, como fator determinante para a freqüente recorrência dos moradores da comunidade aos usos de plantas medicinais para o tratamento de enfermidades.



Figura 3: Trilha para Comunidade Astrogilda. (Arquivo pessoal 2009)



Figura 4: Cachoeira próxima Comunidade Astrogilda. (Arquivo pessoal 2009)

A partir dos relatos destas memórias, o contexto das significativas mudanças que os agricultores de Vargem Grande lidaram e lidam diariamente, minimamente se apresenta. Em função destas mudanças, suas dificuldades e desafios de sobrevivência, de resistência cultural enquanto agricultores. Neste cenário, faz-se mister a apresentação dos novos arranjos sociais e das atividades econômicas na área de estudo.

Em se tratando das atuais atividades agrícolas que são desenvolvidas na referida área de estudo, o cultivo da banana configura-se como o principal. Durante

o período em que foram realizadas as entrevistas de campo, interpelamos alguns agricultores acerca da redução do número de gêneros agrícolas cultivados ao longo dos anos e a redução da produtividade de uma forma geral. Dessa forma, podemos destacar alguns fatores determinantes.

Os fatores referentes ao desinteresse das gerações mais novas pelo trato da terra em detrimento de atividades dispostas na rede de serviços de nossa cidade, a concorrência das grandes redes de mercados e centros distribuidores e a baixa lucratividade alcançada com a venda dos produtos em feiras, em especial, a banana configuram o pano de fundo do processo produtivo local. Esses fatores, apresentando-se como condicionantes, aos olhos dos entrevistados, para que a pluriatividade⁴ esteja presente em diversas famílias de agricultores, outrora mantidas exclusivamente tanto pelos gêneros cultivados quanto pela renda adquirida com a venda destes em feiras. O conceito de pluriatividade ao qual recorreremos, refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (Schneider, 2003) e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. A este respeito, dois moradores assim se expressam:

Os feirantes e comerciantes locais de frutas, legumes e ervas abastecem-se prioritariamente na CEASA⁵, deixaram de comprar conosco; os preços das sementes e dos adubos estão altos demais, e a desvalorização dos preços dos produtos nas feiras, não compensa. (Seu Manoel, out. 2008)

“O trabalho é bem puxado, tem pouca gente com vontade de trabalhar no roçado e os que querem, cobram muito caro, não compensa” (Pedro Santos, mar. 2009)

A criação do Parque Estadual da Pedra Branca em 1974 configurou-se como outro agente atuante na configuração deste cenário produtivo, impondo progressivamente novas formas de uso e delimitação do espaço, que entraram em choque com as práticas estabelecidas por moradores. Na fala dos agricultores este fato representa um grande divisor de águas. Em maior referência, destacamos a impossibilidade de abertura de clareiras para estabelecimento de novas roças/sítio.

⁴ Estamos em uma área de expansão urbana onde os traços de um conflito rural-urbano é a nossa premissa para utilização do conceito de pluriatividade no sentido definido por Schneider (2003)

⁵ CEASA: Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A.

As existentes são mantidas e em sua maioria distam das residências dos moradores. A prática do fogo foi também abolida. Em diversos casos, são abandonadas em decorrência da influência dos aspectos explicitados acima, Fernandez (2009) em estudos na mesma região, com grupos de agricultores corrobora este fato e acrescenta:

Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar suas atividades produtivas às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do PEPB. Podem ser citadas: a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. (p.28).

Em referência ao fato, Oliveira (2005) atribui o contexto de criação do Parque como o motivador para a configuração do cultivo da banana como semiclandestino.

A exploração econômica da encosta do maciço da Pedra Branca migrou das roças de subsistência para os bananais. Estes mantiveram-se em vastas áreas, tendo os agricultores remanescentes se adaptado à nova ordem ambiental: as queimadas foram eliminadas e o cultivo da banana assumiu um caráter semiclandestino, baseando a sua exploração mais no extrativismo do que no manejo da cultura. Por não utilizar o fogo, esta forma de exploração se adaptou melhor às restrições sobre o uso da terra impostas pelo Parque Estadual da Pedra Branca. (p.26)

Tais restrições limitam as possibilidades de expansão da produção ou de introdução de novos cultivos. No contexto destes agricultores, existem famílias que retiram da agricultura parcela significativa de sua subsistência. Perante as dificuldades impostas para a manutenção da lucratividade e conseqüente viabilidade da produção, alguns agricultores buscam formas efetivas de inserção no mercado e visam à aquisição de conhecimentos técnicos e atividades de associativismo.

4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa iniciou-se em outubro de 2008 através de parceria entre a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ); a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Plataforma de Medicamento/PAF). Nessa ocasião foi realizada pesquisa de campo para conhecimento da história local e entrevistas preliminares visando treinamento e ajustes da metodologia.

A formalização da proposta de trabalho se deu a partir de sua explanação formal aos representantes da Associação de Agricultores (Agrovargem) presentes à reunião ocorrida no mês dezembro de 2008 e mediada por um representante do projeto da PAF. Com o consentimento dos agricultores, foram aplicadas 25 entrevistas semi-estruturadas até dezembro de 2009.

A partir do primeiro informante, indicado pela Agrovargem, utilizou-se a técnica conhecida como “bola de neve” (*snowball*), indicada geralmente para uma população altamente especializada e de pequeno número de integrantes (Bernard, 1995; Appolinário, 2006). Desta forma, estes indicaram outras pessoas para a continuidade das entrevistas, e assim sucessivamente, somando-se 17 entrevistados (6 mulheres e 11 homens). O número total de informantes foi decorrente do prazo disponível para a execução dos trabalhos de campo. Alguns foram entrevistados mais de uma vez, durante a pesquisa, mas sempre individualmente (Phillips, 1996). A idade dos informantes variou entre 24 e 80 anos, em função da metodologia adotada neste trabalho. Um dos informantes, morador do bairro Camorim, adjacente a Vargem Grande, foi incluído na pesquisa por ser, além de conhecedor do local, referência entre os agricultores de Vargem Grande e também colaborador do projeto PROFITO.

Optou-se por aplicar a técnica conhecida como listagem livre (*free listing*), na qual cada informante foi estimulado a nomear, pelo menos, dez espécies conhecidas independentemente do tipo de uso. A listagem livre é considerada um método bem estabelecido, relacionado às fronteiras de domínios culturais, que parte do pressuposto que quando as pessoas listam livremente elas tendem a citar os termos em ordem de familiaridade - os indivíduos que sabem mais sobre o conteúdo solicitado listam mais do que aquelas que sabem menos - e os termos que são mais lembrados indicam que são localmente mais proeminentes (Quinlan,

2005). Considera-se que as espécies mencionadas com frequência indicam um conhecimento comum entre os indivíduos, ou consenso, dentro de uma determinada cultura.

Posteriormente, estas foram organizadas nas categorias alimentar; condimentar (tempero); construção (esteios, cercas vivas, instrumentos de trabalho como cabos de enxadas e foices); cosmética (para cabelo); medicinal; ornamental; ritual e de uso animal (atração de fauna, vermífuga, carrapaticida). As categorias foram selecionadas levando-se em consideração a fala dos informantes.

Considerou-se que as espécies mencionadas com frequência indicam um conhecimento comum entre os indivíduos, ou consenso, dentro de uma determinada cultura (Martin, 1995; Cotton, 1996, Vogl *et al.*, 2004).

Foram catalogadas as plantas conhecidas e utilizadas pela comunidade, percorrendo-se os quintais das casas ou visitando-se os sítios de cultivo (Figura 3), em caminhadas livres, sempre acompanhados de algum informante (Alexiades, 1996). O quintal foi compreendido como a área adjacente à casa, sendo que, dentro da concepção dos informantes, o quintal independe de limites físicos específicos como por exemplo, uma cerca. Em alguns casos arbitrou-se o mesmo como sendo o limite o início da formação florestal. Os locais onde são cultivados alimentos, em larga escala, tais como banana, inhame, aipim, batata, etc... são chamados, pelos informantes, de sítios (Figuras 6 e 7). Nesses locais cultivam-se também espécies medicinais, rituais, condimentares e ornamentais. Frequentemente nestes existe um rancho para pernoite ou depósito. Denominou-se como ruderal as plantas de beiras de caminho, que foram indicadas como úteis. As espécies citadas como provenientes de “mata” foram indicadas como tal pelos entrevistados e foram também encontradas nas trilhas e/ou campos de cultivos percorridos com os informantes ou, mais raramente, cultivadas nos quintais.

As plantas citadas foram identificadas no local e/ou coletadas junto com os informantes. Para a identificação taxonômica das espécies, no laboratório, utilizaram-se chaves analíticas, bibliografia especializada e comparação com exsicatas de herbários. Foram confeccionadas exsicatas, que estão depositadas no herbário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RBR).

As Angiospermas foram classificadas de acordo com o Angiosperm Phylogeny Group (APG II/ 2003); para as Gymnospermas utilizou-se o trabalho de Page (Kraner & Green, 1990); para as Pteridófitas, Smith *et al.* (2006). A inclusão dos gêneros nas famílias foi baseada em Souza & Lorenzi (2005). As

famílias, gêneros e espécies foram organizados em uma tabela em ordem alfabética, e as abreviaturas dos nomes dos autores das espécies e variedades seguiram Brumitt & Powell (1992). A atualização nomenclatural foi conferida através das bases de dados W3 tropicos (Missouri Botanical Garden VAST – VAScular trópicos).

Para o cálculo da porcentagem de concordância dos usos principais de cada espécie (CUP) seguiu-se Amorozo & Gély (1988). Essa metodologia aponta espécies que têm maior potencial de cura, para uma doença específica, e que merecem maiores estudos. Foram consideradas as espécies que obtiveram mais de três citações de usos. Para a contagem das citações de usos, não foram levadas em consideração as variações de formas de preparo ou partes de plantas para uma mesma indicação. Para cada uso, considerou-se apenas uma citação por informante.

Foram realizados os seguintes cálculos para cada espécie:

$$\text{CUP} = (\text{ICUP} / \text{ICUE}) \times 100$$

Onde: ICUP = número de informantes citando o uso principal da espécie; ICUE = número total de informantes citando usos para a espécie.

Para Amorozo & Gély (1988), existe um fator de correção (FC) para cada espécie que permite a extração de valores de importância relativos à espécie mais citada pelos informantes (CUPc).

$$\text{FC} = \text{ICUE} / \text{ICEMC}$$

Onde: ICEMC = número de informantes que citaram a espécie mais citada.

O cálculo final é obtido na fórmula $\text{CUPc} = \text{CUP} \times \text{FC}$

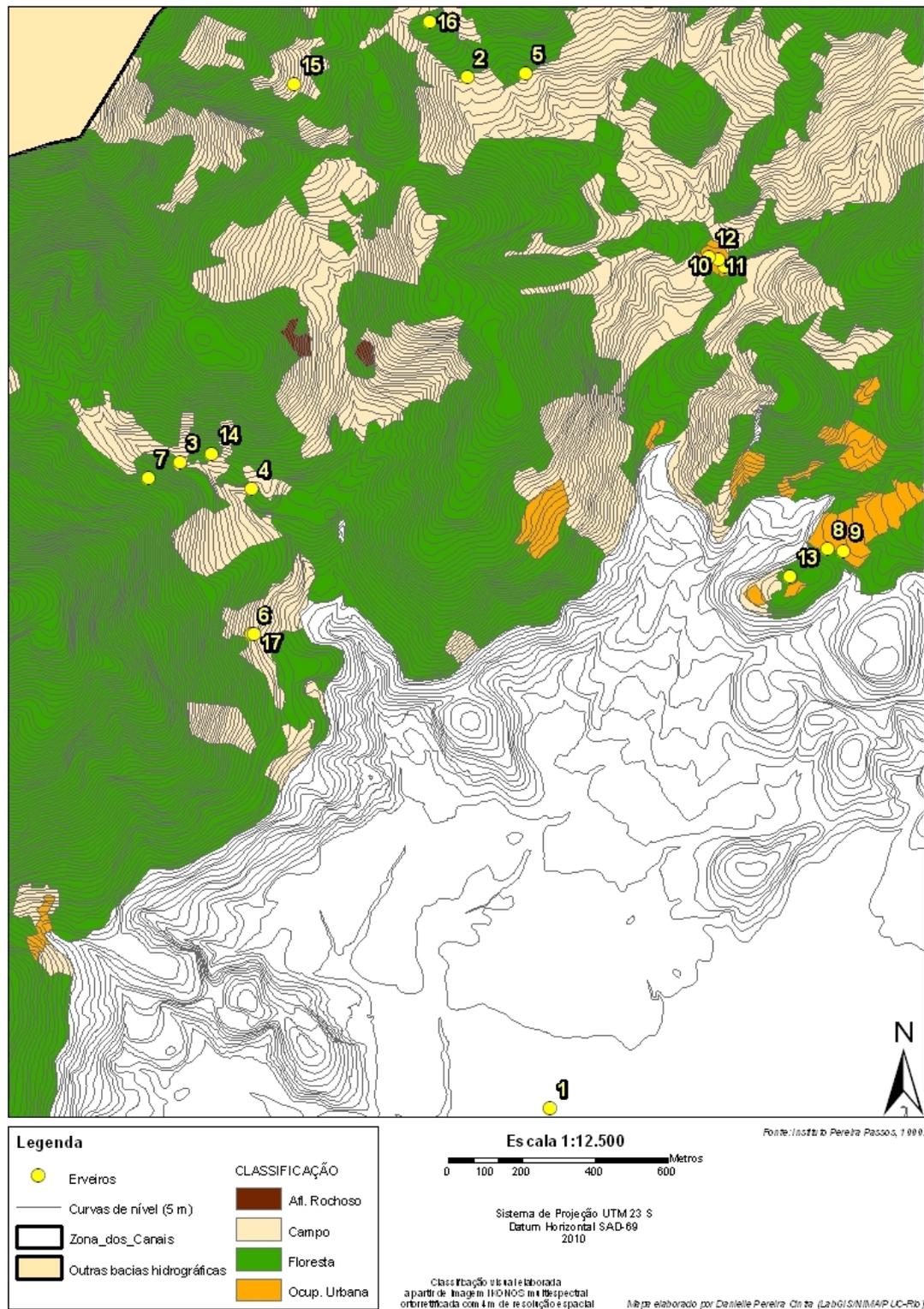


Figura 5: Localização das entrevistas realizadas no Bairro de Vargem Grande - Maciço da Pedra Branca. (Fonte: IPP, 1999)



Figura 6: Agricultores de Vargem Grande e o espaço compreendido como quintal.
(Arquivo pessoal, 2009)



Figura 7: Área de cultivo em Vargem Grande, denominados sítios.
(Arquivo pessoal, 2009)

5. Resultados e Discussão

5.1. Repertório botânico

Para o inventário de espécies úteis usadas pelos moradores de Vargem Grande, determinou-se como área de estudo, o quintal familiar e/ou o sítio. Quintais tropicais têm sido muitas vezes olhados como sistemas sustentáveis (Kehlenbeck & Maass, 2004). Para esses autores são considerados um sistema de produção ideal para a conservação de recursos, variando de acordo com a diversidade ecológica ou fatores sócio-econômicos e/ou características dos seus donos ou arrendatários.

Embora um típico quintal possa apresentar claramente uma área demarcada (cercado ou delimitada por barreiras naturais) é difícil, frequentemente, distinguir onde começa e terminam as áreas de cultivo (Kumar & Nair, 2004). Em Vargem Grande, por exemplo, o quintal foi compreendido como a área adjacente à casa, independentemente de limites físicos específicos como por exemplo, uma cerca. Ou seja, aceitou-se como sendo quintal o próprio recorte espacial feito pelos moradores e que constitui o seu o território de uso imediato. Em alguns casos arbitrou-se como limite o início da formação florestal, aqui considerada como mata. Os locais (as roças) onde são cultivados alimentos, em larga escala, tais como banana, inhame, aipim, batata, etc... são chamados, pelos informantes, de sítios. Estes se localizam, muitas vezes, em altitudes mais elevadas, não necessariamente próximos ou contíguos à moradia de seus donos e adjacentes aos quintais. O limite entre esses ambientes é, muitas vezes, tênue, fundamentado-se basicamente pelo tipo de espécie presente e na intensidade de cultivo destas.

De forma geral, os quintais contêm grande biodiversidade apresentando espécies de diferentes categorias de uso que satisfazem as necessidades básicas das pessoas. São sistemas muito diversos e dinâmicos, que podem conter variedades silvestres ou localmente adaptadas cujas maiores funções seriam a produção de subsistência e de geração de renda (Blanckaert *et al.*, 2004, Coomes & Ban, 2004, Kehlenbeck & Maass, 2004). Revelam muito da história cultural dos lugares e das decisões de manejo de espécies pelos proprietários (ou arrendatários) (Winklerprins, 2002). Assim, o entendimento desses sistemas pode contribuir para projetos relacionados ao desenvolvimento de áreas rurais, à

conservação de espécies bem como à proteção do conhecimento tradicional. Ou seja, estes quintais podem vir a representar, como será visto adiante, um importante papel para o resgate, valorização do patrimônio cultural e natural da região, indo ao encontro às premissas e objetivos do Profito.

O número de espécies indicadas pelos informantes nas entrevistas (221), é equivalente ou superior aos resultados de outras pesquisas em etnobotânica desenvolvidas em situação similar àquela encontrada no bairro de Vargem Grande, RJ (Christo *et al.*, 2006; Hanazaki *et al.*, 2006; Pinto *et al.* 2006; Patzlaff 2007; Silva 2008). Outros trabalhos desenvolvidos em quintais e/ou áreas de cultivo, no Brasil e em outros países, estão citados na tabela 1 abaixo.

Ao nos remetermos à localização geográfica deste grupo, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e uma área em crescente valorização imobiliária, este expressivo número de espécies deve ser encarado como um indicativo de resistência cultural. Estamos lidando com a sobrevivência de traços culturais em um grupo que sofre constantes estímulos para sua perda.

Tabela 1 - Pesquisas etnobotânicas realizadas em comunidades rurais e/ou urbanas limítrofes ou no interior de Unidades de Conservação. Riqueza de espécies (R); número de famílias botânicas (NF) e número de informantes (NI). O asterisco se refere a artigos que tratam somente de plantas medicinais.

Local/ Estado/País (tipo de vegetação)	Local das entrevistas	R	NF	NI	Autores (data)
Rio de Janeiro (RJ) (Mata Atlântica)	roça / quintal/ mata	221	71	17	<i>Presente trabalho (2010)</i>
Poço das Antas (RJ) (Mata Atlântica)	quintal/ mata	210	74	19	Christo <i>et al</i> (2006)
Pedra de Guaratiba (RJ) (Mata Atlântica)	quintal	114	42	10	Patzlaff (2007)*
Mogi-Mirim (SP) (cerrado)	quintal	107	40	50	Pilla <i>et al.</i> (2006)*
Carlos Botelho (SP) (Mata Atlântica)	roça/ quintal/ mata/ capoeira	223	—	58	Hanazaki <i>et al.</i> (2006)*
Itacaré (BA) (Mata Atlântica)	roça/ sítio	98	40	26	Pinto <i>et al.</i> (2006)*
Ouro Verde (GO) (Cerrado/ floresta)	quintal/ áreas antrópicas /mata	98	45	84	Silva & Proença (2008)*
Santo Antônio Leverger	roça / quintal/ mata	228	73	48	Amorozo (2002)

Local/ Estado/ País (tipo de vegetação)	Local das entrevistas	R	NF	NI	Autores (data)
(MT) (cerrado)					
Santarém (PA) (planície aluvial)	quintal	98	—	41	Winklerprins (2002)
Caruaru (PE) (Caatinga)	quintal	84	35	25	Florentino <i>et al.</i> (2007)
Recife (PE) (Mata Atlântica)	roça / quintal	334	90	38	Silva & Andrade (2005)
Recife (PE) (Mata Atlântica)	quintal/ áreas antrópicas	125	61	6	Gazzaneo <i>et al.</i> (2005)
Valley Tehuacán (México)	quintal	233	—	30	Blanckaert <i>et al.</i> (2004)
Nuevo Triunfo (Peru) (Amazônia)	roça/ quintal	76	—	96	Coomes & Ban (2004)

As espécies encontram-se distribuídas em 172 gêneros e 71 famílias botânicas, sendo uma não identificada (Tabela 2). Destas, as que mais se destacaram em número de espécies foram Lamiaceae (21); Asteraceae (19) seguidas de Rutaceae e Fabaceae (10); Euphorbiaceae e Myrtaceae (9) e Malvaceae (7). Estas sete famílias somam 85 espécies, significando 38,1% do total inventariado (Figura 8).

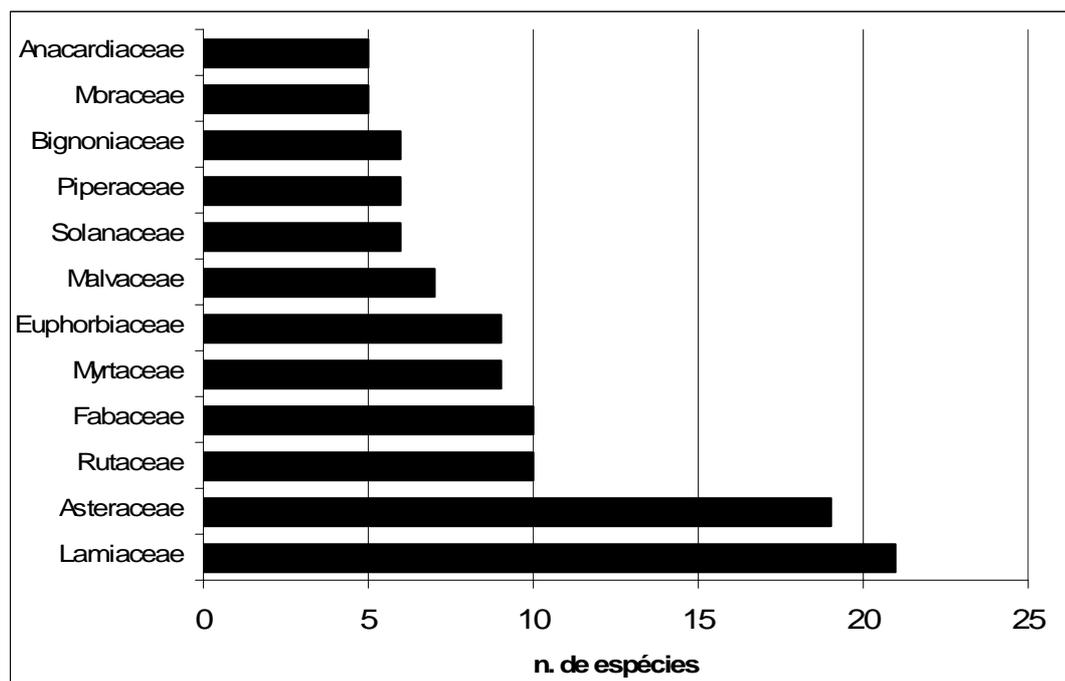


Figura 8 - Famílias botânicas mais representativas em número de espécies indicadas como úteis pelos informantes do bairro de Vargem Grande, RJ.

As famílias Lamiaceae e Asteraceae têm um número grande de espécies e são encontradas tanto em regiões temperadas como nas tropicais e, além disso, são ricas em óleos voláteis e muito utilizadas na medicina popular (ou como condimentares) ao redor do mundo (Menezes & Kaplan 1992; Bennett & Prance 2000). As Rutaceae, Fabaceae e Myrtaceae sobressaem-se pelo número de alimentares cultivadas, principalmente frutíferas; Euphorbiaceae e Malvaceae são ricas em espécies e diversidade de usos.

Tabela 2 - Relação das espécies registradas nas entrevistas realizadas no bairro de Vargem Grande, RJ nos anos 2008/2009. As espécies estão organizadas em ordem alfabética das famílias e seguidas dos nomes populares, categorias de uso, procedência e formas de manejo.

Categorias de uso (al. = alimentar; cond. = condimentar; const. = construção; cos = cosmética; med. = medicinal; orn. = ornamental; rit. = ritual, uan = uso animal). **Formas de manejo:** c/e = cultivada/ espontânea.

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
ACANTHACEAE				
<i>Pachystachys lutea</i> Ness	camarão	orn	sítio	c
ADOXACEAE				
<i>Sambucus nigra</i> L.	sabugueiro	med	quintal/sítio	c
AGAVACEAE				
<i>Agave americana</i> L.	pita	orn	sítio	c
<i>Cordilyne terminalis</i> Kunth.	dracena	orn	sítio	c
<i>Furcraea gigantea</i> Vent.	pita	orn/uan	quintal	c
ALISMATACEAE				
<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schltldl.) Micheli	chapeú-de-couro	med	sítio	c
ALLIACEAE				
<i>Allium cepa</i> L.	cebola	med	comércio	
<i>Allium sativa</i> L.	alho	med	comércio	
AMARANTHACEAE				
<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	dipirona, terramicina, erva botão	med	ruderal	c
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	erva-de-santa-maria	med	quintal	c
Amaranthaceae sp1	novalgina	med	quintal	c
Amaranthaceae sp2	mussambê		quintal	c
ANACARDIACEAE				
<i>Anacardium occidentale</i> L.	cajú	al	sítio	c
<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	al/med	quintal	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira	cond/med	quintal/sítio	c
<i>Spondias mombin</i> L.	cajá	al/med	quintal	c
<i>Spondias purpurea</i> L.	seriguela	al	quintal	c
ANNONACEAE				
<i>Annona acutiflora</i> Mart.	guiné	rit	quintal abandonado	c/e
<i>Annona muricata</i> L.	graviola	al/med	quintal/sítio	c
APIACEAE				
<i>Eryngium foetidum</i> L.	coentro	al/cond	ruderal	e
<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	erva-doce	med	quintal	c
<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nym	salsa	al/med	comércio	c
APOCYNACEAE				
<i>Nerium oleander</i> L.	beijo	med/orn	quintal/sítio	c
<i>Plumeria rubra</i> L.	jasmim-manga	orn	quintal	c
ARACEAE				
<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	inhame	al/med	quintal/sítio	c
<i>Dieffenbachia picta</i> Schott	comigo-ninguém- pode	orn/rit	sítio	c
<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	taioaba	al/med	quintal/sítio	c
ARALIACEAE				
<i>Schefflera arboricola</i> (Hay.) Merr.	sheflera	orn	quintal	c
ARAUCARIACEAE				
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bert.) Kuntze	araucária	orn	sítio	c
ARECACEAE				
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	iriri	al	sítio	c
<i>Cocos nucifera</i> L.	côco	al/med	sítio	c
<i>Dypsis decary</i> (Jum.) Beentje & J. Dransf.	palmeira -triangular	orn	sítio	c
<i>Dypsis lutescens</i> (Wendl.) Beentje & Dransf.	areca	orn	sítio	c
<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	açaí	al	sítio	c
ARISTOLOCHIACEAE				
<i>Aristolochia</i> sp.1	cipó-mil-homem	méd/rit	quintal	c
ASPHODELACEAE				
<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	babosa	cos/med	sítio	c
ASTERACEAE				
<i>Achillea millefolium</i> L.	macelinha	med	quintal	c
<i>Acmella uliginosa</i> (Sw.) Cass	jambu	med	quintal	c/e
<i>Ageratum conyzoides</i> L.	erva-de-são-joão	med	ruderal	e
<i>Artemisia vulgaris</i> L.	erva-de-são-joão; pronto-álvio	med	quintal/sítio	c
<i>Artemisia</i> sp.1	losna	med	quintal	c
<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	carqueja	med	quintal	c
<i>Bidens pilosa</i> L.	picão	med	quintal	c/e
<i>Chromolaena maximillianii</i> (Schrad ex DC.) R.M. King & Rob.	arnica-do-mato,	med	ruderal	e
<i>Cichorium intybus</i> L.	almeirão	al/mes	comércio	
<i>Dhalia</i> sp.	dália	orn	sítio	c
<i>Elephantopus mollis</i> Kunth	erva-grossa	med	ruderal	e
<i>Emilia sonchifolia</i> (L.) DC	serralha	med/uan	ruderal	e
<i>Gymnanthemum amygdalinum</i> (Delile)	boldo	med	quintal	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
Sch.Bip. ex Walp.				
<i>Melampodium divaricatum</i> (Rich.) DC	colodema	orn	quintal	c
<i>Mikania</i> sp.1	guaco	med	quintal	c
<i>Solidago chilensis</i> Meyen	arnica	med	quintal	c
<i>Sonchus oleraceus</i> L.	serralha	med	quintal	e
<i>Vernonia</i> sp. 1	assapeixe	med	quintal/mata	c/e
Asteraceae Indet.1	camomila	med	quintal	c
BALSAMINACEAE				
<i>Impatiens balsamina</i> L.	beijo	orn	quintal	c
BEGONIACEAE				
<i>Begonia cocinea</i> Hook	begonia	orn	quintal	c
<i>Begonia</i> sp.	begonia	orn	quintal	c
BIGNONIACEAE				
<i>Crescentia cujete</i> L.	purunga	al/ritual	quintal	c
<i>Geissospermum laeve</i> (Vell.) Miers	pau-pereira	med	mata	e
<i>Jacaranda</i> sp.	carobinha	med	quintal/ mata/sítio	c/e
<i>Sparattosperma leucanthum</i> (Vell.) K.	cinco-chagas	med	mata	e
Schum.				
<i>Tabebuia</i> sp.1	ipê-amarelo		mata	e
<i>Tabebuia</i> sp.2	ipê-roxo	med	mata	e
BIXACEAE				
<i>Bixa orellana</i> L.	urucum	al/cond/med/ orn	quintal/sítio	c
BORAGINACEAE				
<i>Symphytum officinale</i> L.	confrei	med	quintal	c
BRASSICACEAE				
<i>Brassica oleracea</i> L.	couve	al	sítio	c
<i>Rorippa nasturtium-aquaticum</i> (L.)	agrião	med	comércio	c
Hayek				
CACTACEAE				
<i>Cereus</i> sp.	cacto gigante	orn	quintal	c
<i>Pereskia grandiflora</i> Peiff.	ora-pro-nobis	al	quintal abandonado	c
CARICACEAE				
<i>Carica papaya</i> L.	mamão	al/med	quintal/sítio	c
CONVOLVULACEAE				
<i>Cuscuta racemosa</i> Mart.	cipó-chumbo	med	ruderal	e
<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	batata-doce	al/rit	quintal	c
CUCURBITACEAE				
<i>Cayaponia</i> sp.1	abóbora-danta	uan	mata	e
COSTACEAE				
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.) Roscoe	cana-do-brejo	med	quintal/sítio	c
CRASSULACEAE				
<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Cambess.	saião	med	quintal	c
CUCURBITACEAE				
<i>Cucumis anguria</i> L.	maxixe	al	sítio	c
<i>Cucurbita pepo</i> L.	cambuquira	med	sítio	c
<i>Momordica charantia</i> L.	melão-de-são- caetano	med	quintal/ ruderal	c/e
<i>Sechium edule</i> (Jacq.) sw.	chuchú	al/med	quintal	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
CYCADACEAE				
<i>Cycas revoluta</i> Thunb.	sagú	orn	sítio	c
DIOSCORIACEAE				
<i>Dioscoria alata</i> L.	cará	al	quintal	c
<i>Dioscoria</i> sp.	caramoela	al	quintal	c
EBENACEAE				
<i>Diospyrus kaki</i> L.	caqui	al	sítio	c
EQUISETACEAE				
<i>Equisetum</i> sp.	cavalinha	med	quintal	c
EUPHORBIACEAE				
<i>Acalypha hispida</i> Willd.	rabo-de-macaco	orn	quintal	c
<i>Chamaesyce prostrata</i> (Aiton) Small	quebra-pedra	med	quintal	e
<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) A. Juss.	cróton	orn	sítio	c
<i>Jatropha curcas</i> L.	pinhão-roxo	orn	sítio	c
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	pinhão-roxo	med	sítio	c
<i>Joannesia princeps</i> Vell.	andaassu	med	mata	e
<i>Manihot esculenta</i> Crantz	mandioca	al	quintal/sítio	c
<i>Phyllanthus acidus</i> (L.) Skeels	groselha	al	quintal	c
<i>Phyllanthus tenellus</i> Roxb.	quebra-pedra	med	quintal	c
FABACEAE				
<i>Bauhinia forficata</i> Link	pata-de-vaca	med	quintal/mata	c/e
<i>Bauhinia microstachya</i> (Raddi) J.F. Macbr.	escada-de-onça	med	mata	e
<i>Bauhinia</i> sp.1	pata-de-vaca	med	mata	e
<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.	pau-ferro	orn	sítio	c
<i>Desmodium adscendens</i> (Sw.) DC.	amor-do-campo	med	quintal	e
<i>Dioclea violaceae</i> Mart. ex Benth.	olho-de-boi	rit	sítio	c
<i>Mimosa pudica</i> L.	dormideira	med	ruderal	e
<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	feijão	al	sítio	c
<i>Senna occidentalis</i> (L.) Link	fedegoso	med	sítio	c
Fabaceae Indet. 1	bangalô	med	quintal	c
IRIDACEAE				
<i>Gladiolus</i> sp.	palma-de-santa-rita	orn	quintal	c
LAMIACEAE				
<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	cordão-de-frade	med	quintal	c/e
<i>Leonurus sibiricus</i> L.	macaé	med	quintal	c/e
<i>Mentha x piperita</i> L. var. <i>citrata</i> (Ehrh.) Briq.	elevante	rit	quintal	c
<i>Mentha pulegium</i> L.	poejo	med	quintal	c
<i>Mentha spicata</i> L.	hortelã	med	quintal	c
<i>Mentha</i> cf. <i>suaveolens</i> Ehrh.	mentha	cond	quintal	c
<i>Ocimum americanum</i> L.	manjeriço	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum</i> cf. <i>americanum</i> L.	manjeriço	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum campechianum</i> Mill.	alfavaquinha, alfavaca- miúda	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum gratissimum</i> L.	alfavacão	med	quintal	c
<i>Ocimum selloi</i> Benth.	anis	al/med	quintal	c
<i>Ocimum</i> sp.	alfavacão	med	quintal	c
<i>Origanum vulgare</i> L.	manjerona	cond	comércio	
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	hortelã-pimenta	al/cond/med	quintal	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
<i>Plectranthus barbatus</i> Andr.	boldo	med	sítio	c
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	alecrim	cond/med	quintal	c
<i>Salvia officinalis</i> L.	salvia	cond	quintal	c
<i>Solenostemum scutellarioides</i> (L.) Lodd.	tapete	orn	sítio	c
<i>Tetradenia riparia</i> (Hochst.) Codd.	mirra	med/rit	quintal	c
Lamiaceae Indet. 1	melissa-cidreira	med	quintal	c
Lamiaceae Indet. 2	alfavaca-miuda	al/med	quintal	c
LAURACEAE				
<i>Cinnamomum verum</i> J. Presl	canela	med	quintal/sítio	c
<i>Laurus nobilis</i> L.	louro	cond/med/rit	quintal/sítio	c
<i>Ocotea</i> sp.	canela		mata	e
<i>Persea americana</i> Mill.	abacate	al/med	quintal/sítio	c
LORANTHACEAE				
<i>Struthanthus marginatus</i> (Desr.) Blume	erva-de-passarinho	med	quintal	e
LYGODIACEAE				
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	abre-caminho	rit	mata	e
LYTHRACEAE				
<i>Cuphea carthagenensis</i> (Jacq.) J.F. Macbr.	sete-sangrias	med	ruderal	e
MALPIGHIACEAE				
<i>Bunchosia armeniaca</i> (Cav.) DC	ameixa-vermelha	al	quintal	c
<i>Malpighia emarginata</i> Sessé & Moc.	acerola	al/med	quintal/sítio	c
MALVACEAE				
<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	quiabo	al	sítio	c
<i>Bombacopsis glabra</i> (Pasq.) A. Rob.	castanheira	al/const/uan	mata/sítio	c/e
<i>Ceiba speciosa</i> (A.St.-Hil.) Ravena	paineira	med	mata	e
<i>Gossypium herbaceum</i> L.	algodão	med	sítio	c
<i>Sida carpinifolia</i> L.f.	vassourinha	med/rit	quintal	c
<i>Sida rhombifolia</i> L.	vassourinha	med/rit	quintal	c
<i>Theobroma cacao</i> L.	cacao	al	sítio	c
MARANTHACEAE				
<i>Maranta arundinaceae</i> L.	araruta	al	quintal	c
MELIACEAE				
<i>Guarea guidonea</i> (L.) Sleumer	carrapeta	const	mata	e
MORACEAE				
<i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson) Fosberg	fruta-pão	al	sítio	c
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaca	al	quintal/sítio	c
<i>Ficus carica</i> L.	figo	al	comércio	
<i>Morus nigra</i> L.	amora	al/med	quintal	c
<i>Sorocea</i> cf. <i>bonplandii</i> (Baill.) Burger, Lanjou & W. Boer	espinheira-santa	med	quintal/mata	c/e
MUSACEAE				
<i>Musa x paradisiaca</i> L.	bananeira	al/med	sítio	c
MYRTACEAE				
<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	grumixama	al	quintal/sítio	c
<i>Eugenia uniflora</i>	pitanga	al/med	quintal/sítio	c
<i>Myrciaria cauliflora</i> (DC.) O. Berg.	jaboticaba	al	quintal/sítio	c
<i>Myrciaria glazioviana</i> (Kiaersk.) G. Barroso & Sobral	cabeluda, cabeludinha	al	quintal/sítio	c
<i>Plinia edulis</i> (O. Berg.) Nied	cambucá	al/med	quintal/mata/ sítio	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
<i>Psidium cf. cattleianum</i> Sabine	araça	al	sítio	c
<i>Psidium guajava</i> L.	goiaba	al/med	quintal	c
<i>Syzygium aromaticum</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	cravo-da-índia	med	comércio	c
<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	jambo	al/med	quintal/sítio	c
OXALIDACEAE				
<i>Averrhoa carambola</i> L.	carambola	al/med	quintal	c
PASSIFLORACEAE				
<i>Passiflora alata</i> Dryand	maracujá-doce	al	mata	e
<i>Passiflora</i> sp.	maracujá	al/med	quintal	c
PHYTOLACCACEAE				
<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms	pau-d'alho	med	quintal	c
<i>Petiveria alliacea</i> L.	guiné pi-piu	rit	ruderal	e
PIPERACEAE				
<i>Peperomia pellucida</i> (L.) HBK	erva-de-jabuti	al/rit	quintal	c
<i>Piper mollicomum</i> Kunth	aperta- ruão	med	quintal	c/e
<i>Piper nigrum</i> L.	pimenta-do-reino	cond	sítio	c
<i>Piper</i> sp. 1	jaborandi	med	ruderal	c/e
<i>Piper</i> sp. 2	vence-demanda	rit	ruderal	e
<i>Pothomprphe umbellata</i> (L.) Miq.	padiparoba	med	quintal	c
PLANTAGINACEAE				
<i>Plantago australis</i> Lam	transagem	med	quintal/ ruderal	c/e
<i>Plantago major</i> L.	transagem	med	quintal/ ruderal	c/e
POACEAE				
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	capim- cidreira;capim- limão	med	quintal	c
<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.	pé-de-galinha	med	quintal	e
<i>Saccharum officinarum</i> L.	cana-de-açúcar	al	quintal/sítio	c
<i>Zea mays</i> L.	milho	al	quintal/sítio	c
POLYPODIACEAE				
<i>Platyserium bifurcatum</i> (Cav.) Chr.	chifre-de-veado	orn	quintal	c
PTERIDACEAE				
<i>Adiantum raddianum</i> C. Presl	avenca	orn	quintal	c
PUNICACEAE				
<i>Punica granatum</i> L.	romã	med	quintal	c
ROSACEAE				
<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	ameixa	al	quintal	c
<i>Rosa</i> sp. 1	rosa-branca	med/orn	quintal	c
<i>Rosa</i> sp. 2	roseira	orn	quintal	c
RUBIACEAE				
<i>Coffea arabica</i> L.	café	al	quintal	c
<i>Genipa americana</i> L.	jenipapo	al	quintal	c
<i>Simira glaziovii</i> (K. Schum.) Steyerm.	quina- rosa	med	quintal/mata	c/e
RUSCACEAE				
<i>Dracaena fragans</i> Ker-Gawl.	dracena; pau- d'água	orn	sítio	c
<i>Sansevieria trifasciata</i> Hort. ex Pain	espada-de-são- jorge	orn	sítio	c

família/ espécie	nome popular	uso	procedência	c/e
RUTACEAE				
<i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle	limão-galego	al/med	quintal/sítio	c
<i>Citrus aurantium</i> L.	laranja-da-terra	al/med	quintal/sítio	c
<i>Citrus latifolia</i> Tanaka	limão-tahiti	al	sítio	c
<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f.	limão-verdadeiro	al	sítio	c
<i>Citrus reticulata</i> Blanco	tangerina	al/med	sítio	c
<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	laranja-bahia; laranja-lima; laranja-seleta	al	sítio	c
<i>Citrus</i> sp. 1	tanja	al	sítio	c
<i>Citrus</i> sp. 2	lima-da-pérsia	al	sítio	c
<i>Murraya exotica</i> L.	murta	med/orn	sítio	c
<i>Ruta graveolens</i> L.	arruda	rit	sítio	c
SAPINDACEAE				
<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.	cabo-de- enxada;camboatá	const.	mata	e
SAPOTACEAE				
<i>Chrysophyllum oliviforme</i> subsp. <i>oliviforme</i> (Lam.) T.D.Penn	abiu-roxo	al	sítio	c
<i>Manilkara sapota</i> (L.) P. Royen	sapoti	al	quintal/sítio	c
<i>Pouteria caimito</i> (Ruiz & Pavon.) Radlk.	abiu	al/med	quintal/sítio/ mata	c
SAXIFRAGACEAE				
<i>Hydrangea macrophylla</i> Serv.	hortência	orn	quintal	c
SOLANACEAE				
<i>Brunfelsia uniflora</i> (Pohl.) G. Don	manacá	orn	sítio	c
<i>Capsicum annuum</i> L.	pimenta-de-cheiro; dedo-de-moça	cond.	quintal	c
<i>Capsicum frutescens</i> L.	pimenta malagueta	cond.	quintal	c
<i>Solanum argenteum</i> Dun.	erva-prata	rit	sítio/ruderal	c/e
<i>Solanum paniculatum</i> L.	jurubeba	med	ruderal	e
<i>Solanum tuberosum</i> L.	batata-inglesa	al	comércio	c
URTICACEAE				
<i>Cecropia</i> sp.	embaúba-branca	med	mata	e
VERBENACEAE				
<i>Duranta repens</i> L. var. <i>aurea</i> Hort.	pingo-de-ouro	orn	quintal	c
<i>Lippia alba</i> N.E. Br.ex P. Wilson	erva-cidreira	med	quintal/sítio	c
<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	gervão	med	quintal/ ruderal	c/e
VITACEAE				
<i>Cissus verticillata</i> (L.) Nicholson & C.E.Jarvis	insulina	med	ruderal	e
<i>Vitis vinifera</i> L.	uva	al	sítio	c
ZINGIBERACEAE				
<i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) Burt & Smith	colônia	med/orn	sítio/quintal	c
<i>Curcuma longa</i> L.	curcuma	cond/med	quintal	c
<i>Curcuma</i> sp.	açafraão	cond	sítio	c
<i>Zingiber officinalis</i> Roscoe	gengibre	med	quintal	c
FAMÍLIA INDET.	insulina	med	quintal	c

Levando-se em consideração as indicações citadas pelos informantes em Vargem Grande, as categorias de uso que se sobressaíram, em número de espécies foram as medicinais (54,7%, n = 122); alimentares (31,8%, n = 71) e as ornamentais (15,2%, n = 34) em comparação com as condimentares (7,1%, n = 16), as ritualísticas (6,7%, n = 15), as de uso animal (2,2%, n = 5), as usadas para construção (1,7%, n = 4) e as usadas como cosmético (0,4%, n = 1). Das 221 espécies, duas não tiveram seus usos citados.

A maioria das plantas (166) foi citada para exclusivamente uma categoria de uso, como se segue: 80 espécies usadas somente como medicinais; 38 somente como alimentares; 30 como ornamentais; oito como rituais, sete como condimentares; duas para construção e uma para uso animal. Das espécies citadas para duas categorias (48), as medicinais/alimentares se sobressaíram com 28 espécies. As demais se dividem em outros usos. Por fim, cinco espécies têm usos relacionados a três categorias distintas. Florentino *et al.* (2007) estudando quintais agroflorestais, em Caruaru, PE, destacaram o fato de terem encontrado também poucas espécies de múltiplos usos.

As dez espécies mais citadas foram *Musa x paradisiaca* (bananeira); *Chenopodium ambrosioides* (erva de santa Maria); *Echinodorus grandiflorus* (chapéu-de couro); *Schinus terebinthifolius* (aroeira); *Citrus aurantium* (laranja-da-terra); *Psidium guajava* (goiaba); *Citrus aurantifolia* (limão-galego); *Jacaranda* sp. (carobinha); *Laurus nobilis* (louro) e *Lippia alba* (erva-cidreira). Todas são utilizadas como medicinais, sendo que a aroeira e o louro servem também como condimento e a banana, a laranja-da-terra, a goiaba e o limão-galego foram citados na alimentação.

O grande número de espécies medicinais bem como de alimentares é coerente com a realidade do grupo social estudado - inserido em ambiente florestal relativamente distante de grandes centros comerciais - realizando práticas agrícolas propriamente ditas. Para Kumar & Nair (2004), a produção de alimento (a produção de frutos, grãos, rizomas, tubérculos, folhas, etc.) é a função básica dos quintais tropicais em menor ou maior escala. A diversidade e número de espécies entre os locais estudados variaram, aparentemente, em função do tipo e tamanho destes (sítio ou quintal).

Ao se analisar a difusão de conhecimento entre gêneros (6 homens e 11 mulheres entrevistados) verificou-se que a média de citação geral para as

espécies foi praticamente a mesma para homens (28,3 citações) e mulheres (28,1) demonstrando que o conhecimento é igualmente difundido entre o grupo.

No entanto ao se comparar a média das citações de usos em geral bem como especificamente do número de espécies listadas, por categorias, as mulheres indicaram maior número de espécies e de citações de usos para as plantas medicinais. O maior número de mulheres entrevistadas, nessa pesquisa, deve-se ao fato de terem sido referenciadas como especialistas locais, provavelmente pelo fato de permanecerem mais tempo em casa cuidando dos quintais e responsáveis pela saúde familiar. Deve-se ressaltar ainda que o tempo de duração das entrevistas, com as mulheres foi maior e transcorreram, de forma geral, com mais tranquilidade (Figuras 9 e 10).

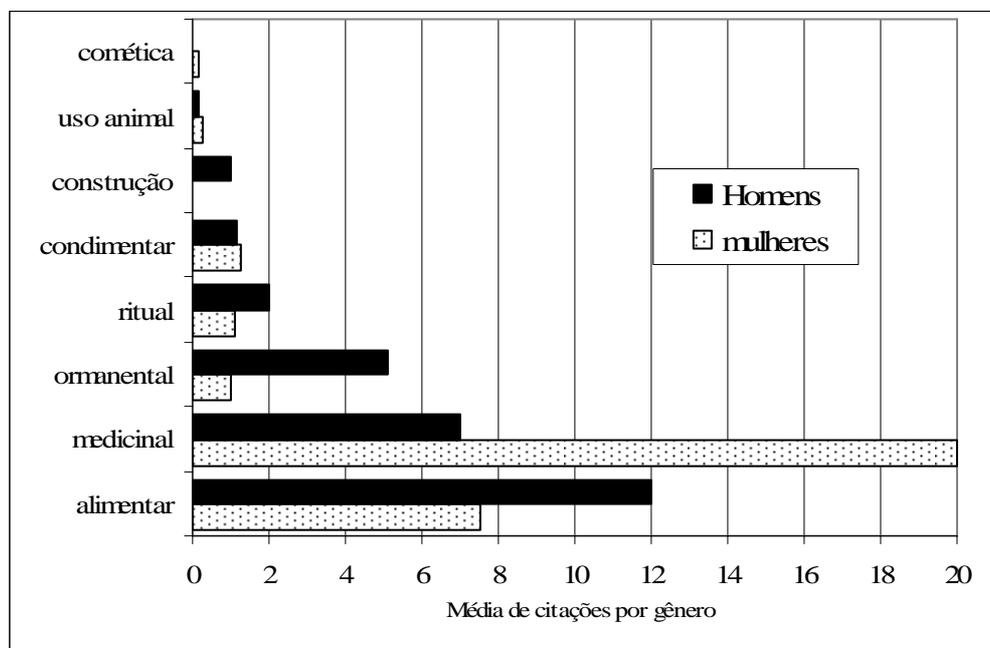


Figura 9: Número médio de citações, por categorias de uso, por homens e mulheres do bairro de Vargem Grande, RJ

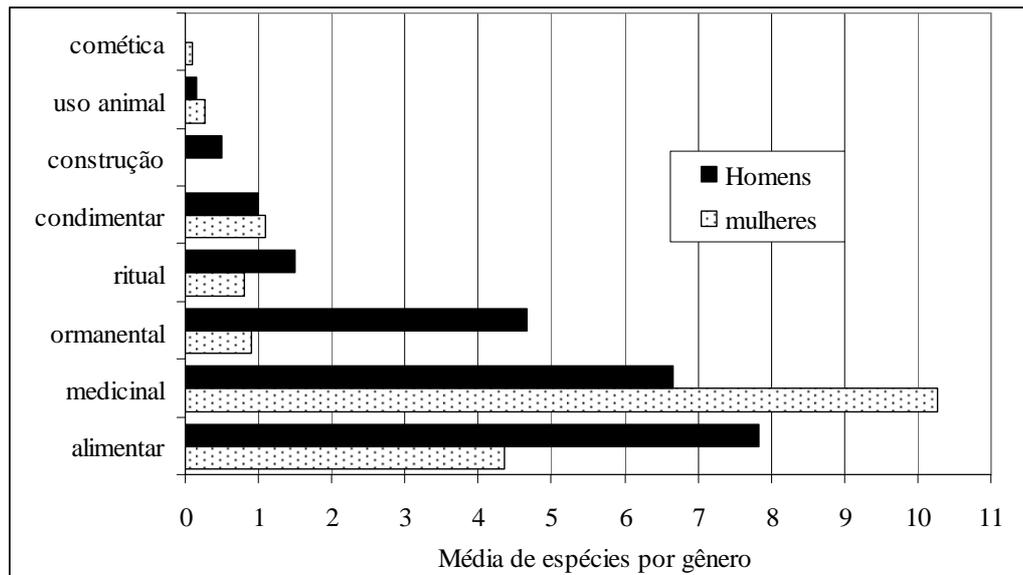


Figura 10: Número médio de espécies, por categorias de uso, citadas por homens e mulheres do bairro de Vargem Grande, RJ

Por outro lado, os homens indicaram mais espécies ornamentais. Na verdade, dois homens foram responsáveis por 83% das indicações, obviamente pelo fato de serem os donos dos maiores sítios visitados, contendo inúmeras espécies. Por fim, o elevado índice de alimentares citados pelos homens é decorrência de serem estes os responsáveis pelo cultivo destas plantas nos sítios permanecendo, geralmente, mais tempo fora de casa.

Como foi dito anteriormente, a comparação entre sítios (roças) e quintais não segue, por parte dos entrevistados, uma lógica espacialmente objetiva. Apesar de não existir limites concretos entre esses espaços, há espécies típicas de cultivos agrícolas locais como a banana (*Musa x paradisiaca*); a mandioca (*Manihot esculenta*) e o inhame-chinês (*Colocasia esculenta*), que são encontradas principalmente nos sítios, mas algumas vezes estão entremeadas com espécies ornamentais e/ou medicinais, encontradas geralmente mais próximas das residências.

Vale lembrar que essa região, desde o século XVII, atuou como fonte de abastecimento de produtos agrícolas para o centro urbano do Rio de Janeiro. De acordo com Dias da Cruz & Guimarães (1941), a produção das áreas suburbanas da cidade, que simbolizava a riqueza rural das terras, escoava até Madureira, sendo que a região de Jacarepaguá guardava, segundo esses autores, “os maiores faustos da lavoura carioca”. A ocupação do solo foi intensa ainda na década de 1950 e, segundo Abreu (1957), a horticultura, nessa época, era representada por

plantios situados em Jacarepaguá e Santa Cruz e era cuidada predominantemente por portugueses e japoneses. Estas existiam também em vários outros pontos, mas com o crescimento da cidade e a valorização dos terrenos nas áreas urbanas, as hortas se mantiveram nas áreas suburbanas e nas zonas rurais.

Winklerprins (2002 p. 43) discutiu a fronteira entre o rural e o urbano usando os quintais de Santarém (PA) para repensar a categorização difusa entre estes. A autora afirma existir uma rede de trocas entre os quintais rurais e urbanos ligando as pessoas. Esses satisfazem alguns dos requisitos necessários para a alimentação, cura, recreação ou experiências estéticas. Esta autora defende que os quintais podem ser compreendidos como uma zona de transição entre o rural e o urbano e também entre o agricultor tradicional e a forma de vida moderna proletária. Existem lugares, segunda essa autora, onde os donos de quintais podem ser as duas coisas, como essa transição, podendo persistir sobre essas circunstâncias de alterações sócioeconômicas. Assim, também em Vargem Grande, pode se pensar que os quintais, ao contrário dos sítios, podem ser interpretados como espaços representativos de áreas em processos de urbanização, onde se cultivam espécies vegetais muito difundidas, muitas delas exóticas ornamentais e/ou medicinais que aparecem listadas, frequentemente, em levantamentos etnobotânicos similares como os citados na tabela 2. Além disso, deve-se levar em consideração a facilidade de cultivo dessas espécies, geralmente feito por mulheres, se comparado ao difícil manejo e tratos no plantio de grandes culturas que é feito pelos homens, nos sítios.

Das 221 espécies levantadas, 166 são cultivadas e somente 32 ocorrem espontaneamente, sendo coletadas pelos informantes em suas áreas de ocorrência; um pequeno número (18) são espontâneas na região e também cultivadas, e cinco são exclusivamente adquiridas no comércio. Das cultivadas, grande parte (89) estava exclusivamente nos quintais, 53 nos sítios e uma menor proporção de espécies (31) estavam cultivadas, concomitantemente, nos dois ambientes. As demais foram encontradas ocorrendo também em beiras de caminho, como ruderais, na própria mata (12), em quintais abandonados, ou na combinação de todos esses locais. O baixo número de espécies nativas cultivadas se deve possivelmente à possibilidade de uma eventual retirada clandestina uma vez que as florestas que as abrigam se encontram nas proximidades. Por outro lado, existe a proibição de extração imposta pela presença do Parque Estadual da Pedra Branca. De fato, em várias entrevistas, houve referência à fiscalização

relacionada à proibição de coleta e abertura de novas áreas para cultivo. Em decorrência das questões expostas, a mata não foi privilegiada como local de estudo, dando-se ênfase aos quintais.

Com relação ao hábito, as plantas herbáceas e arbóreas predominam (35% cada), seguidas dos arbustos (18,9%), trepadeiras (9,18%), epífitas (1,08%) e parasitas (0,35%). Pinto *et al.* (2006) também encontraram plantas herbáceas e arbóreas como mais utilizadas assim como Pilla et al (2006).

Espécies indicadas como medicinais – Em relação às 122 espécies indicadas como medicinais, as folhas foram as partes mais citadas para a elaboração dos remédios (59,9%), seguidas da parte aérea (11,5%), frutos (8,9%), inflorescências, flores e brácteas (7,7%), cascas (5,1%), caules e raízes (2,5% cada) e ainda a planta toda e as sementes (1,2% cada). É natural que as folhas e partes aéreas sejam mais utilizadas, uma vez que as ervas são mais aproveitadas.

Para as formas de preparo, os chás (infusão ou decocto) sobressaíram com 59 % das indicações, seguidos de maceração (13,2%), xarope e uso in natura (8,4% cada), infusão em álcool (6%), e ainda o pó (4,8%). O uso de folhas e partes aéreas, geralmente de plantas herbáceas, consumidas em formas de chás, mostram-se extremamente comuns (Silva-Almeida & Amorozo, 1998; Pinto *et al.*, 2006; Santos *et al.*, 2008). As plantas herbáceas são geralmente associadas a uso medicinal para comunidades, como lembram Stepp & Moerman (2001). Esses autores afirmam que o papel das ervas invasoras nas farmacopéias tem sido subestimado, apesar das evidências de serem importante fonte de plantas medicinais para povos indígenas e terem representação significativamente maior nas farmacopéias em relação a outros tipos de plantas. Sugerem ainda que a acessibilidade e a abundância das herbáceas invasoras podem explicar esse fato. Harborne (1993) lembra ainda que os compostos secundários produzidos pelas ervas exercem funções ecológicas como a alelopatia, a atração de animais para a polinização e defesas contra a herbivoria sendo compostos altamente bioativos.

Como consequência da utilização dos chás, ao se verificar as formas de uso (ou de administração), a forma oral foi o de maior destaque com 66,6% das indicações, seguida de uso tópico (19%) e banho (9,5%). A fricção e a inalação vêm a seguir com 3,5% e 1,2% das indicações, respectivamente. O percentual elevado de uso oral encontrado aponta para o risco que a comunidade pode estar submetida à ingestão de plantas tóxicas ou incorretamente identificadas. Como o

uso de muitas espécies não é um fato culturalmente cristalizado, ocorrendo com frequência a experimentação e mudanças nos usos e nas propriedades atribuídas, este risco é potencializado. Por exemplo, algumas informantes citaram a mídia e a troca de receitas, entre vizinhos, como influenciando a medicina caseira.

A análise das espécies medicinais aponta um número elevado de táxons considerados, na literatura, como invasores de pastagens ou áreas perturbadas e poucos crescendo exclusivamente em ambientes florestais. Por isso, são plantas de ampla distribuição, cuja região de origem não é facilmente encontrada na literatura. As dificuldades relacionadas à detecção da origem das plantas vêm sendo parcialmente resolvidas através de pesquisas baseadas em biologia molecular, acrescidas de informações provenientes de morfologia, taxonomia, lingüística, antropologia e arqueologia (Doebley, 1990). Tais estudos ainda estão voltados para espécies cultivadas de maior importância comercial, principalmente as alimentares.

A importância relativa das espécies foi calculada levando-se em consideração o consenso dos informantes. Esses valores levaram em conta o número de informantes que as citaram e a concordância de usos citados. As 35 espécies que obtiveram os maior consenso de uso (CUPc), de acordo com as respostas dos informantes, estão listadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Porcentagem de concordância quanto ao(s) uso(s) principal(ais). Espécies de uso medicinal citadas por três ou mais indicações. ICUP- nº. de informantes que citaram o uso principal da espécie; ICUE- número total de informantes citando usos para a espécie; CUP- Índice de concordância de uso; FC- fator de correção; CUPc- CUP corrigido.

Nome científico	uso principal	ICUP	ICUE	CUP	FC	CUPc
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	vermífuga	7	7	100,0	1,0	100,0
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	cicatrizante	6	7	85,7	1,0	85,7
<i>Jacaranda</i> sp.	cicatrizante	6	7	85,7	1,0	85,7
<i>Lippia alba</i> N.E. Br.ex P. Wilson	calmante	5	7	71,4	1,0	71,4
<i>Sorocea</i> cf. <i>bonplandii</i> (Baillon) Burger, Lanjou & W. Boer	estômago	5	6	83,3	0,9	71,4
<i>Cuphea carthagenensis</i> (Jacq.) J.F. Macbr.	pressão alta	5	5	100,0	0,7	71,4
<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	febre	4	4	100,0	0,6	57,1

Nome científico	uso principal	ICUP	ICUE	CUP	FC	CUPc
<i>Eugenia uniflora</i> L.	febre	4	4	100,0	0,6	57,1
<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schltld.) Micheli	rins	4	6	66,7	0,9	57,1
<i>Plectranthus barbatus</i> Andr.	fígado	3	5	60,0	0,7	42,9
<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Cambess.	gripe	3	7	42,9	1,0	42,9
<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl.	resfriado	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Citrus aurantium</i> L.	resfriado	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Plantago major</i> L.	inflamação	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Solidago chilensis</i> Meyen	dor muscular	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Symphytum officinale</i> L.	cicatrizante	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Mentha pulegium</i> L.	expectorante	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Struthanthus marginatus</i> (Desr.) Blume	expectorante	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	colesterol	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Persea americana</i> Mill.	reumatismo	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Annona muricata</i> L.	diabetes	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Leonurus sibiricus</i> L.	diarréia	2	4	50,0	0,6	28,6
<i>Piper mollicomum</i> Kunth	cicatrizante	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Solanum tuberosum</i> L.	dor de cabeça	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Zingiber officinalis</i> Roscoe	gargante	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Laurus nobilis</i> L.	estômago	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Musa x paradisiaca</i> L.	expectorante	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Rosa</i> sp. 1	inflamação	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	resfriado	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Bixa orellana</i> L.	diabetes	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Momordica charantia</i> L.	resfriado	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	erisipela	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Vernonia</i> sp. 1	gripe	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) Burt & Smith	sinusite	1	1	100,0	0,1	14,3
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Staff	calmante	1	3	33,3	0,4	14,3

A erva-de-santa-maria (*Chenopodium ambrosioides*) obteve 100% de consenso em relação ao uso como vermífuga. A aroeira (*Schinus terebinthifolius*) e a carobinha (*Jacaranda* sp.) vêm a seguir como cicatrizantes. Em terceiro lugar seguem a erva-cidreira (*Lippia alba*); a espinheira-santa (*Sorocea* cf. *bonplandii*) e a sete-sangrias (*Cuphea carthagenensis*). Essa última, acompanhada de *Alternanthera brasiliana* (dipirona,) e *Eugenia uniflora* (pitanga) obtiveram o

CUP de 100%, o que representa forte consistência de uso mas, com o fator de correção (CUPc), os valores se reduzem, indicando que foram citadas por poucos informantes. Mesmo assim obtiveram valores acima de 50%. Da mesma forma merece destaque o chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus*), citada para males dos rins. Esses resultados podem significar que essas espécies têm determinados usos amplamente difundidos pelos entrevistados e que, aparentemente, respondem às suas necessidades.

No que diz respeito à segurança de uso de espécies medicinais, vale lembrar que a Resolução da Secretaria de Estado de Saúde/RJ N° 1757 de 18/02/2002, contra-indica durante a gestação e lactação, o uso na forma oral, de algumas espécies, entre elas, *Aloe vera*, *Leonurus sibiricus*, *Plantago major* e *Ruta graveolens*, por apresentarem potencial tóxico, teratogênico e abortivo. As três primeiras são consumidas, na forma de chás, pelos informantes.

Todas as plantas da Tabela 3 foram encontradas como cultivadas, com exceção da erva-de-passarinho (*Struthanthus marginatus*), planta hemiparasita muito comum e sete-sangrias (*Cuphea carthagenensis*), que é de beira de caminhos. Deve-se ressaltar que espécies típicas de ambientes florestais, tais como carobinha (*Jacaranda* sp.), quina-rosa (*Simira glaziovii*) e espinheira-santa (*Sorocea* cf. *bonplandii*) são também cultivadas, o que pode demonstrar o grau de importância dessas espécies para os informantes.

A carobinha, assim como a quina-rosa merecem atenção por serem nativas de Mata Atlântica e terem poucos estudos etnofarmacológicos. Silva (2008) encontrou essas plantas sendo comercializadas nos mercados da cidade do Rio de Janeiro. A primeira é usada pela população para machucados em geral e problemas de pele, o mesmo uso dado pelos informantes de Vargem Grande. Macedo & Ferreira (2004) citam *Jacaranda brasiliana* como uma das espécies mais usadas para problemas dermatológicos em comunidades da Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso. Gentry (1992) relata inúmeros usos atribuídos ao gênero *Jacaranda*, dentre esses, para curar problemas de pele e chama a atenção para a evidente importância da família Bignoniaceae para as pessoas que vivem em florestas tropicais no mundo. Da mesma forma, a quina-rosa tem sua casca vendida nos mercados e feiras livres da cidade e é muito relacionada à cura de problemas de anemia e de aparelho circulatório em geral (Silva, 2008). O mesmo uso foi verificado em Vargem Grande.

Em relação à espinheira santa consumida localmente (*Sorocea* cf. *bonplandi*), Coulaud-Cunha *et al.* (2004) chamam a atenção para o perigo do consumo dessa espécie, uma vez que é utilizada normalmente contra úlceras e gastrites e pelo fato de não existirem estudos conclusivos que assegurem a falta de toxicidade crônica, tornando seu uso um risco para a população.

Espécies de uso alimentar - Nesta categoria foram incluídas 71 espécies. Em termos de atividade agrícola, as culturas da banana (*Musa x paradisiaca*), da mandioca (*Manihot esculenta*) e do inhame (*Colocasia esculenta*) se sobrepõem às demais. Dentre as frutíferas (43 espécies), além da banana destacam-se principalmente as Rutaceas (*Citrus* spp.) e diversas espécies de Myrtaceas, dentre essas a jabuticaba (*Myrciaria cauliflora*), a grumixama (*Eugenia brasiliensis*), a cabeluda (*Myrciaria glazioviana*), o cambucá (*Plinia edulis*) e o araçá (*Psidium* cf. *cattleianum*) nativas provavelmente da Mata Atlântica mas muito cultivados em sítios e quintais. Trata-se de um dos poucos locais de produção e comercialização destas frutíferas pouco exploradas pelo mercado consumidor do Rio de Janeiro, o que vem a conferir um grande valor social e ecológico à atividade destes agricultores.

Cultivada em quintais foi encontrado o ora-pro-nobis (*Pereskia grandiflora*), uma cactaceae cujas folhas são utilizadas na alimentação. Merece destaque também a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e as fornecedoras de grãos como o feijão (*Phaseolus vulgaris*) e milho (*Zea mays*).

Associadas às plantas alimentares estão as condimentares, especialmente as da família Lamiaceae (mentas, manjeriço, alfavacas, alecrim etc..) bem como o louro, as pimentas, a aroeira, o urucum e o gengibre. A maioria destas espécies, além de utilizadas localmente são também vendidas. Destaque especial deve ser dado à grande variedade de pimentas, plantadas e comercializadas.

Em relação às outras categorias, as rituais apareceram com 15 espécies. Dentre essas, *Ruta graveolens* (arruda) e *Petiveria alliaceae* (guiné piu-piu) foram as mais citadas. *Annona acutiflora* (guiné-preto), arvoreta típica de sub-bosque, é cultivada em quintal (e foi vista em quintais abandonados). Caules dessa espécie foram encontrados por Silva (2008) sendo comercializados no Mercado de Madureira, para serem usados, como bengalas, por “preto-velhos”. Interessante também salientar o uso religioso das vassourinhas (*Sida* spp.) por

uma das informantes, que é rezadeira. Estas e outras plantas estavam cultivadas, em seu quintal, justamente para as suas práticas.

Dentre as espécies de uso animal destaca-se a pita (*Furcraea gigantea*.) muito citada para curar sarna (ou lepra) e dentre as mais indicadas para a construção a mais citada foi a castanheira (*Bombacopsis glabra*) usada para morão de cerca. Vale lembrar que o pau d'água (*Dracena fragans*) é plantada freqüentemente, como cerca viva para delimitar as propriedades.

Vale relembrar que das 221 espécies levantadas, a bananeira, a aroeira, a laranja-da-terra, a goiabeira, o limão-galego e o louro estão entre as dez mais citadas, indicando que essas espécies são importantes na vida dos informantes e de seus familiares.

O cultivo da banana é referência nesta região atualmente e em tempos pretéritos. “A bananeira é uma das plantas mais úteis ao habitante das zonas tropicais porque fornece alimento farto em retribuição a muito pouco trato” (Abreu, 1957). Em meados da década de 50, toda a produção era consumida no próprio mercado do Rio; a população de menores recursos encontrava na banana um alimento barato, sadio e saboroso. Essa referência é capaz de agregar dois fatores relevantes e determinantes para a expansão do cultivo de bananas nas encostas dos maciços cariocas: a pequena exigência de mão-de-obra para o manuseio do cultivo e o valor alimentício.

O “serviço do trato” ou a limpeza da cultura resume-se em duas roçadas por ano; a colheita faz-se dezesseis a vinte meses após a plantação (Corrêa, 1933). Este cultivo é adaptado a encostas com alta declividade e nesta região específica, apresenta-se disposto em encostas preferencialmente úmidas, alcançando terrenos com mais de 60% de declive.



Figura 11: Disposição dos bananais nas encostas dos maciços da Pedra Branca e Gericinó, com ênfase na área de Vargem Grande. (Fonte: Abreu, 1957).

A bananeira produz rapidamente grande massa de matéria vegetal que permanece no local após a colheita do fruto e pelo processo de decomposição devolve ao solo, em matéria orgânica, parte dos nutrientes dele retirados. A matéria orgânica formada à custa dos elementos da água e do ar, além de enriquecer o solo, aumenta sua capacidade de retenção de água, mantendo o local sempre em condições favoráveis à cultura (Abreu, 1957). Apesar da alta capacidade de interceptação das águas de chuva favorece grandemente a infiltração da água no solo (Freitas, 2003).

Após a colheita dos cachos nos pés, eles eram (e ainda são, ao menos nesta região) amarrados ao longo dos caminhos para serem transportados por burros aos depósitos ou beira das estradas de onde são então conduzidos por caminhões aos mercados ou por tropas, nos jacás das cangalhas dos burros (figura 12 e 13). Este último procedimento Magalhães Corrêa nos relata com riqueza de detalhes:

É verdadeiramente interessante verem-se os cargueiros ou tropeiros que saem de todas as tocas da zona rural, alta noite, para chegarem, ao alvorecer, ao mercado, mas atualmente as autoridades não os deixam passar de um certo ponto, por acharem vergonhosa a tropa (...) Saindo como de costume, os nossos tropeiros, à noite de seus ranchos, com sua tropa ora a cavalo ora a pé, vão como formigas em correição, pelas estradas do Pica-Pão, das Furnas, dos Três Rios, do Rio Grande, de Guaratiba, até a Tijuca, Andaraí, boca do Mato, Méier, Engenho de Dentro, Inhaúma, como verdadeiros abnegados, lutando com todos os elementos e, finalmente, abandonados por nossos dirigentes; quando, por ventura, cometem qualquer delito, aplica-se logo a lei, mas lei feita para “almofadinha da cidade”; não há compreensão do seu meio, de sua mentalidade e de sua vida rural...”



Figura 12: Sítiantes acondicionando bananas em Jacás.(Corrêa, 1933).



Figura 13: O tradicional transporte das bananas persiste na região de Vargem Grande. (Arquivo pessoal, 2009).

6. Considerações Finais

As informações e dados obtidos nos levantamentos de campo desta dissertação apontam uma série de mudanças significativas que ocorreram na estrutura socioeconômica dos agricultores do Bairro de Vargem Grande. Essas mudanças ocorreram de forma gradativa, em especial podendo ser percebidas pela diminuição do ritmo da produção agrícola. A esse fato podemos atribuir alguns fatores como: a expansão da malha de infra-estrutura urbana da região, com a presença das grandes redes de supermercado, como sendo um fator para a diminuição da procura dos gêneros agrícolas produzidos pelos moradores locais; os altos custos da produção agrícola associados a uma baixa rentabilidade dos gêneros em feiras livres; e a população mais jovem demonstrando indícios de sua inserção em atividades ligadas ao comércio e a atividades de prestação de serviços e em detrimento das práticas agrícolas.

O contexto econômico no qual o bairro está inserido nos chamou a atenção, sobretudo pelo fato da referida área de estudo tratar-se de um bairro que vem se tornando cada vez mais ecológico, “verde”. Segundo Oliveira (2008), Vargem Grande está sendo tomado por empreendimentos ditos ecológicos como loteamentos, haras, restaurantes “naturais”, programas ecoturísticos, cavalgadas ao luar, etc. Ou seja, o capital vem se apropriando do espaço geográfico, no caso a “mata atlântica”, tornando-a um objeto à venda. Assim é cada vez mais destacado o fato da natureza vir se tornar uma mercadoria, onde é cada vez mais intensa a produção do espaço para as atividades de ecoturismo.

Cabe destacar que essas atividades ecoturísticas, assim como aquelas ligadas ao lado *country* do bairro (haras, atividades *off-road*, cavalgadas, hipismo rural) passou ao largo das atividades dos agricultores de Vargem Grande. Seja pela distância das roças em relação ao centro, seja pelo tipo de produção oferecido (espécies muitas vezes desconhecidas pelos habitantes urbanos), os agricultores de Vargem Grande encontram-se em certa medida isolados não se integrando ao *boom* de crescimento do bairro. Os restaurantes são sofisticados, os haras criam raças de equinos que nada tem haver com os muares empregados pelos agricultores, enfim o choque cultural entre o urbano e o rural é significativo. Constitui, portanto, um desafio às atividades do Profito promover a valorização

dos produtos produzidos pelos agricultores. Um bom ponto de partida é valorizá-los, por meio de campanhas de marketing, que se trata de produtos geneticamente orgânicos, produzidos em um sistema agrícola sem qualquer participação de energia fóssil. Esta agregação de valores junto ao mercado consumidor poderia contribuir para uma sustentabilidade econômica a um grupo que pratica a sustentabilidade ecológica em seu sistema produtivo.

Esses fatos articulados podem ser traduzidos pela diminuição da tradição agrícola deste grupo de uma forma geral. Essa perda da tradição agrícola condiciona alterações nos padrões culturais tradicionais, podendo levar ao desaparecimento ou a persistência destes. Existem nessas comunidades grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional, podendo dessa forma apontar caminhos mais adequados para um modelo de ocupação do espaço com base no manejo sustentável. Destacamos especificamente as práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais e aos quintais especificamente como sendo o reflexo de suas necessidades e escolhas. O uso dos recursos vegetais configuram-se para integrantes deste grupo, alternativas viáveis para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde.

Cabe ressaltar que em função dos usos tradicionais, que foram contemplados nesse estudo, fármacos úteis também poderão ser desenvolvidos. A política ambiental vigente, ao ignorar estes fatos e o potencial conservacionista de comunidades em situação semelhante aos agricultores de Vargem Grande, que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe.

Inquestionavelmente detectamos nesta população importantes elementos sociais que fundem movimentos de resistência e territorialidades e que se configuram como de identidade cultural. Porém, o contexto em que os agricultores de Vargem Grande estão inseridos, associado ao controle do uso do espaço (a decretação da unidade de conservação) confere à manutenção e sobrevivência de um grupo ancestralmente estabelecido na área, desafios pertinentes a manutenção de seu estilo e vida e conseqüentemente de seus saberes tradicionalmente construídos.

A tendência de transformação do espaço em mercadoria como foi mencionada, impõe-se como um novo determinante às questões esboçadas. Diante disso, o espaço do conflito de Vargem Grande passa a ser não mais uma dualidade (poder público x agricultores), mas um triângulo, em função das alterações impostas ao referido espaço geográfico, em detrimento do advento do ecoturismo, como explicita a figura 14:

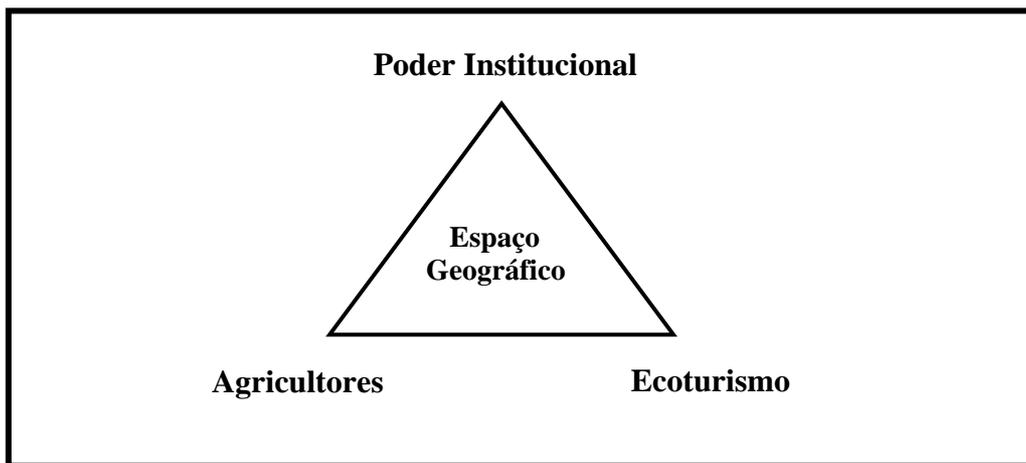


Figura 14: As relações de conflito entre os agentes produtores do Espaço Geográfico no bairro de Vargem Grande, RJ.

Pelo fato destes descendentes de lavradores configurarem-se como sujeitos históricos concretos e verdadeiramente interessados nesse movimento de “desenvolver-se”, merecem ter suas peculiaridades preservadas, sendo assim elegidos como protagonistas do processo de desenvolvimento local, fundamentado dentro de uma lógica sustentável.

7. O retorno

Tratando-se este estudo de um trabalho de cunho acadêmico e o grupo social objetivar neste trabalho uma ferramenta de legitimação e valorização de sua atividade econômica – a prática da agricultura orgânica, o retorno ao grupo já teve início através de exposição oral em 15 de Janeiro de 2010, em ocasião da reunião da Associação de Moradores de Vargem Grande, atendendo pedidos da Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM). (Figura 15)



Figura 15: Apresentação oral dos resultados desta pesquisa para os membros da Associação de Moradores do Bairro de Vargem Grande.

Durante a pesquisa, percebemos que o aspecto econômico relativo às práticas agrícolas configura-se como fator determinante para a manutenção, diversificação e otimização dos cultivos para o grupo de agricultores da AGROVARGEM. Em consonância com os anseios do grupo toda a identificação botânica foi entregue nesta ocasião. Esta listagem representa para os mesmos, um

instrumento de legitimação do rico e diverso conhecimento presente no grupo estudado. Dentro deste mesmo contexto, sob outro aspecto, nossa contribuição estende-se para enriquecer a parceria existente entre o grupo, e a Fundação Oswaldo Cruz (Plataforma de Medicamento/PAF), na medida em que as espécies que foram mais citadas em nossa pesquisa, ajudarão a compor a matriz de decisão ou priorização para a escolha das espécies a serem cultivadas na fase de capacitação do Profito Pedra Branca.

As práticas de cultivo agrícolas e os usos dos recursos vegetais são dentro deste grupo elementos centrais de identificação e objeto de pesquisa deste trabalho. O retorno deste conhecimento de forma sistematizada, associado à exposição oral de todos os componentes desta pesquisa para os demais moradores do bairro visa reforçar a identidade cultural dos agricultores do bairro de Vargem Grande através do registro formal destes saberes. Este tipo de procedimento segundo Patzlaff & Peixoto (2009), no contexto da pesquisa etnobotânica, configura-se uma forma de retribuição a comunidade por todo acolhimento, respeito e ajuda na pesquisa, e especialmente pelo compartilhamento do rico saber sobre as plantas.

8. Referências Bibliográficas

ABREU, S. F. **O Distrito Federal e seus recursos naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. 318p.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, n.º.1. 2000.

ALEXIADES, M. N. **Collecting Ethnobotanical Data: An Introduction to Basic Concepts and Techniques**. In: Miguel Alexiades (Ed.). Selected Guidelines for Ethnobotanical Research: A Field Manual. New York: The New York Botanical Garden, 1996, p.53-94.

AMOROZO, M. C. M. uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio do Leverger. **Acta Botânica Brasileira**, MT, Brasil, v.16, n.2, p. 189-203. 2002.

AMOROZO, M. C. M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, PA, Brasil, Série Botânica. V. 4, p. 47-131. 1988.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência. Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 209p.

ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente e Sociedade – SciELO Brasil. 1999. pág 80.

BENNETT, B. C. ; PRANCE, G. T. Introduced plants in the indigenous pharmacopoeia of northern South America. **Economic Botany**, v. 54, n.1, p. 90-102. 2000.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches**. 2 ed . London: AltaMira Press, 1995.

BERNARDES, N. **Notas sobre a ocupação humana da montanha no estado da Guanabara** In: ABREU, M. A. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. P. 259-284. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Iplam, 1992. v. 21.

BLANCKAERT, I.; SWENNEN, R. L.; PAREDES FLORES, M.; ROSAS LÓPEZ, R.; LIRA SAADE, R. Floristic composition, plant uses and management practices in homegardens of San Rafael Coxcatlán, Valley of Tehuacán-Cuicatlán, Mexico. **Journal of Arid Environments**, v. 57, p. 39-62. 2004.

BRUGGER, P. Como seria o mundo a sua imagem e semelhança? **Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Brasília: UNESCO, p. 97-104. 2006.

BRUMMITT, R. K.; POWELL, C. E. (Eds). **Authors of Plant Names: a list of authors of scientific names of plants, with recommended standard forms of their names, including abbreviations.** London: Royal Botanic Garden Kew. 732p. 1992.

CHRISTO. A.; GUEDES-BRUNI, R. R & FONSECA-KRUEL, V. S. Uso de recursos vegetais em comunidades rurais limítrofes à Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: um estudo de caso na Gleba Aldeia Velha. **Rodriguésia**, v. 57, n.3, p. 529-542. 2006.

COOMES, O.T. & BAN, N. Cultivated Plant Species Diversity in Home Gardens of an Amazonian Peasant Village in Northeastern Peru. **Economic Botany**, v.58, n.3, p. 420-434. 2004

CORRÊA, M. **O Sertão Carioca.** Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (reimpressão departamento de imprensa oficial. Secretaria municipal adm.). v. 167. 478p. 1933.

COSTA, N. M. **Análise do Parque Estadual da Pedra Branca por geoprocessamento: uma contribuição ao seu Plano Diretor.** Rio de Janeiro, 2002. 317 p. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em geografia, UFRJ.

COTTON C. M. **Ethnobotany. Principles and Applications.** England: John Wiley & Sons Ltda, 1996. 424p.

COULAUD-CUNHA. S., OLIVEIRA, R. S. & WAISSMMANN, W. Venda livre de *Sorocea bonplandii* Bailon como Espinheira-Santa no Município do Rio de Janeiro, RJ. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 4, supl. 1, p. 51-53. 2004.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** São Paulo; CEMAR/USP/NUPAUB, 1993, 94 p.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, Hucitec, 1996. 169 p.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da Natureza: enfoques Alternativos.** In: DIEGUES, A. C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Ed. Hucitec. 2000. 290p.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro.** São Paulo: Ed. Hucitec. 2001.130 p.

DOEBLEY, J. 1990. Molecular Evidence and the Evolution of Maize. **Economic Botany**, v. 44, n. 3:6-29.

FERNANDEZ, A. C. F. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro.** 2009. 373p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FLORENTINO, A. T.N.; ARAÚJO, E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, v.21, n.1, p. 37-47. 2007.

FONSECA, V. S.; Sá, C. F. C. **Situación de los estudios etnobotánicos en ecosistemas costeros de Brasil.** In: M. Rios & H.B. Pedersen (eds.). *Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del II Simposio Ecuatoriano de Etnobotánica y Botánica Economica*, 1997. p. 57-81.

FREITAS, M. M. **Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca, RJ.** Rio de Janeiro, 2003. 247 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.

FREITAS, I. A. **Historia Ambiental e Geografia – Natureza e cultura em interconexão.** Rio de Janeiro: Geo UERJ, v. 2. p. 20-33. 2007.

FUCK, S.B. et al. Plantas medicinais utilizadas na medicina popular por moradores da área urbana de Bandeirantes, PR, Brasil. **Semina: Ciências Agrárias**, v.26, p. 291-296, 2005.

GALVÃO, M. C. Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande. **Boletim Carioca de Geografia – A. G. B.**, v. 10, n. 34, p. 36-60. 1957.

GAZZANEO, L. R. S; LUCENA, R. F. P.; ALBUQUERQUE, U. P. Knowledge and use of medicinal plants by local specialists in an region of Atlantic Florest in the state of Pernambuco (Northeastern Brazil). **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 1, p 1-8. 2005

GENTRY, A. H. A synopsis of Bignoniaceae ethnobotany and economic botany. **Annals of the Missouri Botanical Garden**, v.79, n.1, p.53-64, 1992.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (rá)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1998. 148 p.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: Programa de Pós-Graduação da UFF. *Território, Territórios.* Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p. 17-38.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 1. 400 p.

HANAZAKI, N.; SOUZA, V.C.; RODRIGUES, R.R. Ethnobotany of rural people from the boundaries of Carlos Botelho State Park, São Paulo State, Brazil. **Acta Botânica Brasílica**, v.20, n.4, p. 899-909. 2006.

HARBORNE, J. B. **Introduction to Ecological Biochemistry**. 4^a ed., London: Harcourt Brace and Company. 1993. 318p.

KEHLENBECK, K.; MAASS, B.L. Crop diversity and classification of homegardens in Central Sulawesi, Indonesia. **Agroforestry Systems**, v.63, p. 53-62. 2004.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, Série Primeiros passos, 23.87p. 87p. .1997

KUMAR, B. M.; NAIR, P. K. R. The enigma of tropical homegardens. **Agroforestry Systems**, v.61, p. 135-152. 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 343p. 2001.

MACEDO, M.; FERREIRA, A. R. Plantas medicinais usadas para tratamentos dermatológicos em comunidades da Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso. *Revista Brasileira de Farmacologia*, v. 14, supl. 1, p. 40-44, 2004.

MARTIN, G. J. **Etnobotânica. Manual de Métodos**. Kew: WWF/UNESCO/Royal Botanical Gardens, Série Pueblos y Plantas. 1995.

MENEZES, F. S.; KAPLAN, M. A. C. Plantas da subfamília Ocimoideae utilizadas na medicina popular: Etnofarmacologia vc Química. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 73, n.2, p. 30-31. 1992.

METZER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotrópica**, V.1, nºs 1 e 2. 2001. p. 1-9.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1985. 113 p.

MOREIRA, R. J. **Cultura, Sustentabilidades e Saberes Assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade**. 28^o Encontro Anual da ANPOCS, 2004. Caxambu. Minas Gerais.

MYERS, N.; MITTERMIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 2000, v. 403, p. 853–858.

OLIVEIRA, R. R. Mata Atlântica, paleoterritórios e História Ambiental. **Ambiente e Sociedade**, v. 10. p. 11-24. 2007

OLIVEIRA, R. R.; SILVEIRA, C. L. P.; MAGALHÃES, A. C.; FIRME, R. P. Ciclagem de metais pesados na serapilheira de uma floresta urbana no Rio de Janeiro. **Floresta e Ambiente**, v. 12. p. 50-56. 2005

PAGE, C. N. **Gymnosperms: Ginkgoatae**. In: Kramer, K. U. & Green, P. S. (Orgs.) The Families and Genera of Vascular Plants. I. Pteridophytes and Gymnosperms. Berlin, Springer-Verlag. 1990. p. 284-289.

PATZLAFF, R. G. Estudo **etnobotânico de plantas de uso medicinal e místico na comunidade da Capoeira Grande, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Escola Nacional de Botânica Tropical, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Rio de Janeiro, 2007.

PATZLAFF, R. G. and PEIXOTO, A. L. **A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo**. *Hist. Cienc. rás -Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.1, pp. 237-246. ISSN0104-5970.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-59702009000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 05 fev. 2010.

E. Pérez-Negrón, A. Casas. **Use, extraction rates and spatial availability of plant resources in the Tehuacán-Cuicatlán Valley, Mexico: The case of Santiago Quiotepec, Oaxaca**. *Journal of Arid Environments* 70, p. 356-379. 2006.

PHILLIPS, O. L. **Some Quantitative Methods for Analyzing Ethnobotanical Knowledge**. In: Miguel Alexiades (Ed.). *Selected Guidelines for Ethnobotanical Research: A Field Manual*. New York: The New York Botanical Garden, p. 171-197. 1996.

PILLA, M. A. C.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martins Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. **Acta rás lic rás lica**, v.20, n. 4, p 789-802. 2006

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA. **Acta botânica brasílica**, v. 20, n.4, p. 751-762. 2006.

QUINLAN, M. Considerations for collecting Freelists in the Field: Examples from Ethnobotany. **Field Methods**, v. 17, p. 1-16. 2005.

SANTOS, J. F. L. ; AMOROZO, M. C.; MING, L. C. Uso popular de plantas medicinais na comunidade de Vargem Grande, Município de Natividade da Serra, SP. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v.10, n.3, p. 67,81. 2008.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo (globalização e meio técnico científico informacional). São Paulo: Hucitec, 1994. 382p.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo, Loyola. 1993.

SILVA-ALMEIDA, M. F. & AMOROZO, M. C. M. Medicina popular no Distrito de Ferraz, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo. **Brazilian Journal of Ecology**, v. 2, p. 36-46. 1988.

SILVA, I. M. **A etnobotânica e a medicina popular em mercados na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Escola Nacional de Botânica Tropical, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA & PROENÇA: **Uso e disponibilidade de recursos medicinais no município de Ouro Verde de Goiás, GO, Brasil**. Acta bot. bras. 2008. 22(2): 481-492.

SILVA, A. J. R.; ANDRADE, L. H. C. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral – Mata do Estado de Pernambuco, Brasil; Acta bot. bras. v. 19, n.1, p. 45-60. 2006.

SIMON, A. V. S. **Conflitos na conservação: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca**. 2003. 285f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

SIQUEIRA, J. C. (1998). **Ética e Meio Ambiente**. 88p.

SMITH, A. R.; RYER, K. M.; SCHUETTPELZ, E.; KORALL, P.; SCHNEIDER, H.; WOLF, P. G. Classification for extant ferns. **Táxon**, v 55, n.3, p. 705-713. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2003, vol.18, n.51, pp. 99-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf> . acessado em 02 fev. 2010

SOBRINHO, F. A. P. **Conhecimento etnobotânico de mateiros residentes no entorno de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro**. 2007. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Escola Nacional de Botânica Tropical, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R.; GUEDES-BRUNI, R. R. **História Ambiental e estrutura da Mata Atlântica**. In: Rogério Ribeiro de Oliveira. (Org.). As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005. v. , p. 87-118.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** In: CASTRO, I.E., GOMES P.C.C e CORRÊA R.L. (Eds). Geografia: Conceitos e Temas. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica Sistemática. Guia ilustrado para identificação de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2005.

STEPP, J. R.; MOERMAN, D. E. The importance of weeds in ethnopharmacology. **Journal of ethnopharmacology**, v. 75, p.19-23. 2001.

TUAN, Y. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo, Difel, 1983, p. 120
VARGAS, G. M. Território e Natureza. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. 26 a 29 de maio de 2004. Disponível na WWW: <http://login.passport.net/uilogin.srf?lc=1046&id=2>. Acesso em 28/06/06.

VOGL, C; VOGL-LUKASSER, B; PURI, R.K. Tools and Methods for Data Collection in Ethnobotanical Studies of Homegardens. **Field Methods**, v.16, n.3, p.285-306. 2004.

WINKLERPRINS, A.M.G.A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. **Urban Ecosystems**, v.6, p. 43-65.2002.

W3 TROPICOS Missouri Botanical Garden VAST (VAScular trópicos) – nomenclatural database and associated authority files. Disponível na internet em: <http://www.tropicos.org/>. Último acesso em fevereiro de 2010.

WORSTER, D. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Anexos

O Programa Profito Pedra Branca

A proposta deste projeto⁶ justifica-se em decorrência da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (decreto nº 5813 de 2006), onde foram estimuladas ações voltadas para a necessidade de garantir à população brasileira o acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

O foco de atuação da equipe da PAF configura-se pela capacitação deste grupo a respeito das formas de plantio, da disponibilização de informação técnica e certificação institucional de seus produtos às possíveis demandas existentes no mercado e, colaborar na criação de redes de comunicação e informação entre atores e instituições. Os agricultores do Profito Pedra Branca estão organizados em três associações: Associação dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI-JPA), Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (AGROPRATA) e Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM).

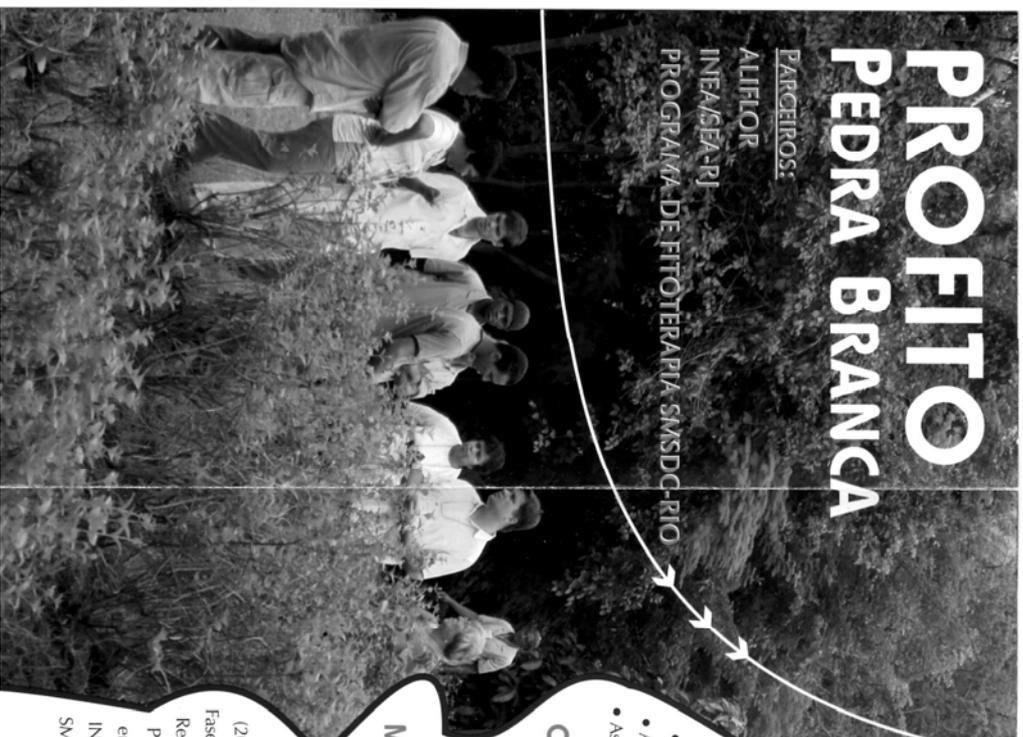
O Projeto está sendo executado por meio de um sistema de gestão participativa e possui três fases de Implantação: Fase I - Diagnóstico Rápido Participativo (concluído); Fase II - Capacitação em rede para Inserção de Agricultores em Arranjo Produtivo (em andamento)⁷ e Fase III - Desenvolvimento e Produção.

Tendo a identificação das potencialidades locais como premissa para o desenvolvimento da Fase III, justifica-se a importância da identificação botânica para o cultivo e produção de plantas medicinais e de levantamentos etnobotânicos no sentido de diagnosticar os usos atribuídos às espécies e localização delas, em cada comunidade, e o retorno dessas informações de forma sistematizada e organizada cientificamente.

⁶ Disponível em: <<http://cedvg.blogspot.com/2009/08/pela-criacao-de-uma-farmacia-viva.html>>

⁷ Material de divulgação do 1º Seminário Profito “Cultivo e Comercialização de Plantas Medicinais” em anexo. Este encontro marcou o início da Fase II do Projeto Profito Pedra Branca.

Material de divulgação do Projeto Profito Pedra Branca.



PROFITO
PEDRA BRANCA

PARCEIROS:
ALFLOP
INEA/SEA-RI
PROGRAMA DE FITOTERAPIA SMSDC-RIO

PROGRAMA PROFITO ✓
É o conjunto de projetos da PAF que visam criar metodologia de implantação de ações locais do PNPMF que podem ser multiplicadas em todo o Brasil. O PROFITO PEDRA BRANCA foi o primeiro projeto desenvolvido. Entrevistou 89 agricultores e cadastrou 101 durante o Diagnóstico Rápido Participativo.

AGRICULTORES: INTEGRANTES DE PROJETO ✓
Os agricultores do PROFITO PEDRA BRANCA estão organizados em três associações:

- Associação dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI-JPA).
- Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (ACROPRATA)
- Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (ACROVARGEM)

OBJETIVO ✓
Implantar a produção de plantas medicinais nas comunidades do Maciço da Pedra Branca, como uma alternativa de desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, promovendo um arranjo produtivo local.

METODOLOGIA ✓
O projeto está sendo executado através da Gestão Participativa, utiliza estratégia de REDES, e possui três fases de implantação:

Fase I: Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (2006 a 2009).

Fase II: Capacitação em Rede para Inserção de Agricultores em Arranjo Produtivo (2009 a 2010).

Fase III: Desenvolvimento e Produção (2010 a 2012).

Rede Profito: A rede de relacionamentos que dará sustentabilidade às ações do PROFITO está em desenvolvimento. Diversas instituições já confirmaram participação, entre essas: AS-PIA, CAATIBA, CPORC/MAPA, ECOAR AMBIENTAL, EMATER-RI, INSTITUTO DE BIOLOGIA/UFRRJ, PESAGRO, SEBRAE, SINDICATO RURAL-RIO, SMMA-RIO, UNACCOOP.

Material de divulgação do 1º Seminário Profito “Cultivo e Comercialização de Plantas Medicinais”.

I SEMINÁRIO PROFITO
CULTIVO E COMERCIALIZAÇÃO
DE PLANTAS MEDICINAIS

Em Louro
PROFITO

16 de novembro de 2009
de 9 às 17h
Local: Farmanginhos - CTM
Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá
www.far.fiocruz.br

Este evento inaugura a fase II do Projeto PROFITO: “Plantas Medicinais no entorno do município da Pedra Branca”. A partir de agora, terá início a capacitação em rede para inserção de agricultores em um arranjo produtivo local de plantas medicinais e fitoterápicos.

Seminário
É um fórum de discussão sobre o projeto político pedagógico, incluindo o método, o conteúdo e os recursos implantados. Também é importante decidir sobre que espécies medicinais serão introduzidas no plantio experimental, objeto do primeiro módulo.

Capacitação
É um compromisso do projeto para que os objetivos do PROFITO sejam alcançados, contribuindo para o uso racional da biodiversidade brasileira.

Metodologia
Será capaz de inserir agricultores em um arranjo local para a produção e comercialização de plantas medicinais.
Segundo a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (decreto nº 5.813 de 2006), elas estão na base da cadeia produtiva de fitoterápicos.

Objetivo Geral
Definir o conteúdo temático, os recursos e as parcerias para a etapa de Capacitação do PROFITO PEDRA BRANCA, fundamentando seu projeto político pedagógico.

Participe!

16/11/2009
de 9 às 17h
Para mais informações, acesse:
www.far.fiocruz.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)